

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO

DIRETOR,
Damião Ramos Cavalcanti

VICE DIRETOR
Ednéé Dantas Maia Aragão

SECRETÁRIO GERAL
Yves Bernard Pereira Cavalcanti

COORDENADOR DO CURSO DE PEDAGOGIA
Milva Barreto Hernandez Pereira

VICE COORDENADOR
Geovani Soares de Assis

SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO
Bernardina Silva de Carvalho

CHEFES DE DEPARTAMENTO

DHP
Maria Cacilda Marques de Souza Rêgo
Betânia Ramalho Leite

DME
Onelice de Medeiros Borges
Maria de Lourdes Pereira

DFE
Paulo Andriola



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

OFÍCIO/UFPB/CE/GD/Nº 0366/92.

EM: 16.12.1992.

JOÃO PESSOA-PB.

DO: Diretor do Centro de Educação
À : Presidente do Colegiado do Curso de Pedagogia
ASSUNTO: Encaminhamento (Faz)

Senhora Presidente,

Temos a grata satisfação de encaminhar à apreciação desse egrégio Colegiado de Curso, em conformidade com a alínea "J" do Art. 32 do Regimento Geral da Universidade Federal da Paraíba, a **PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA - DOCUMENTO PRELIMINAR.**

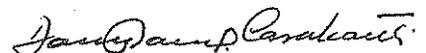
O presente documento resulta de várias propostas elaboradas com base, há longo tempo, em amplas discussões, debates e sugestões, no âmbito deste Centro. Trabalho esse que deve ser reconhecido e agradecido a todos aqueles que contribuíram com as propostas como também com a sua sistematização, de modo significativo.

Reconhecidamente é ele, agora, objeto das competências das instâncias regimentais: esse Colegiado, posteriormente, o Conselho de Centro e o Conselho de Ensino e Pesquisa.

Solicitamos de V.Sa., como também de todos os membros desse Colegiado, o maior empenho no sentido de que, sem tardança, tenha o Curso de Pedagogia as reformas de que ele necessita.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar protestos da mais elevada consideração.

Atenciosamente,


DAMIÃO RAMOS CAVALCANTI

DIRETOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DE REFORMULAÇÃO DO CURSO
DE PEDAGOGIA

PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

D O C U M E N T O P R E L I M I N A R

JOÃO PESSOA - PB

S U M Á R I O

	<u>Página</u>
01. APRESENTAÇÃO	02
02. HISTÓRICO DO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO	07
2.1. Origem e Trajetória	07
2.2. Dificuldades Vivenciadas	30
03. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	41
04. OBJETIVOS DO CURSO	55
05. A FUNÇÃO DO PEDAGOGO E SUAS IMPLICAÇÕES.....	56
06. ESTRUTURA CURRICULAR	57
6.1. Justificativa	57
6.2. Demonstrativos da Estruturação Curricular	66
07. EMENTAS DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS	116
08. CONDIÇÕES PARA CONCRETIZAÇÃO DA NOVA PROPOSTA CURRICULAR	167
09. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170-
10. ANEXOS	182

1. APRESENTAÇÃO

Esta proposta curricular resultante, basicamente, da sistematização das propostas de reformulação do Curso de Pedagogia elaborada por diversos grupos de trabalho, constituídos por estudantes, funcionários e professores do Centro de Educação - Campus I/UFPB, representa "um momento síntese" do processo de reformulação curricular vivenciado neste Centro, a partir dos meados da década de 70.

Ela resulta, também, da acumulação de discussões e posicionamentos de professores e alunos que fazem o Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador e que vêm se organizando em âmbito nacional desde 1980, a fim de participar ativamente das decisões políticas quanto à reformulação dos cursos de licenciatura no país no que se refere à concepção de educação e aos rumos a serem dados à formação do profissional da educação. É pois, "um movimento que se insere naquele mais amplo dos educadores brasileiros que, por sua vez, insere-se no movimento dos trabalhadores em geral pela construção de uma nova sociedade" (ANFOPE, VI Encontro Nacional, 1992;5).

Nesta perspectiva, a reformulação curricular dos cursos de formação dos profissionais da educação vem sendo dimensionada em estreita relação com a crise educacional brasileira, entendida como expressão da crise maior da sociedade.

Assim, julgamos importante, inicialmente, registrar o histórico do processo de reformulação do Curso de Pedagogia vivenciado no Centro de Educação, bem como apresentar os pressupostos teórico-metodológicos da nova proposta curricular que, servindo de referencial para

a definição dos objetivos do Curso e da função do pedagogo fundamentaram a elaboração da estrutura curricular das ementas, concernentes às disciplinas e aos seminários que as constituem, além da definição de condições concretas imprescindíveis a efetivação da referida proposta.

Conscientes somos dos limites e possibilidades deste documento, pois, acreditamos que não será uma simples proposição curricular que poderá, por si só, preparar profissionais da educação competentes, críticos e conscientes da necessidade de contribuir para a transformação da sociedade e, conseqüentemente, da qualidade de vida da imensa maioria da população brasileira.

Sem descuidar desses limites, pretendemos que este "Documento Preliminar" ao ser amplamente discutido pelos alunos, professores e funcionários que fazem o Curso de Pedagogia, incorpore novos avanços do processo resultando, finalmente, após homologação pelas instâncias competentes, na implantação de um novo currículo para o Curso, em caráter experimental.

Desta forma, estaremos avançando na construção de um projeto educativo que privilegia o compromisso com a transformação da sociedade brasileira. Transformação e liberdade, a nosso ver, são pressupostos fundamentais de um método que salvaguarda uma utopia democrática, sempre a caminho da realização.

João Pessoa, de de 1992.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DE REFORMULAÇÃO

DO CURSO DE PEDAGOGIA

- . Albene de Menezes Bezerra (Membro da Equipe de Redação deste documento e Representante da Comissão Interna de Reformulação do Curso de Pedagogia, a partir de maio de 1990).
- . Daniella Rosa Alves da Silva (Representante do Diretório Acadêmico de Pedagogia, no período compreendido entre março de 1991 e maio de 1992);
- . Ednéé Dantas Maia Aragão (Representante do Grupo "Orientação Educacional", a partir de maio de 1990);
- . Geruiza Pereira da Nobrega (Representante dos Funcionários do Curso de Pedagogia, a partir de maio de 1990);
- . Helena Ferreira da Silva (Representante da Proposta sobre Educação Especial, a partir de 1990).
- . Ignez Navarro de Moraes (Membro da Equipe de Redação deste documento e Representante da Comissão Interna de Reformulação do Curso de Pedagogia, no período compreendido entre maio e dezembro de 1990);
- . Joaquim Trigueiro de Almeida Filho (Representante do Diretório Acadêmico de Pedagogia, de junho de 1990 a março de 1991;
- . José Cleobaldo Chianca (Representante do Diretório Acadêmico de Pedagogia, no período compreendido entre março de 1991 e maio de 1992);
- . Laís Vieira Correia (Representante da Proposta "Magistério na Pré-Escola", no período compreendido entre julho de 1990 e março de 1992);

- 000000
10/03/92
- . **Marcelino Rodrigues da Silva** (Representante do Diretório Acadêmico de Pedagogia, nos períodos compreendidos entre maio de 1990 a março de 1991 e maio de 1992 até a presente data);
 - . **Maria Alciélia Lisboa de Carvalho Leite** (Representante dos Funcionários do Curso de Pedagogia, a partir de maio de 1990);
 - . **Maria Carmelita Lacerda** (Membro da Equipe de Redação deste documento e Representante do Grupo "Supervisão Educacional", a partir de maio de 1990);
 - . **Maria Edna Aguiar Gomes** (Presidente da Comissão de Sistematização e Coordenadora do Curso de Pedagogia, no período de maio de 1990 a maio de 1991, e membro da Comissão de Sistematização a partir de junho de 1991);
 - . **Maria de Fátima Farias Domingues** (Representante do Diretório Acadêmico de Pedagogia a partir de maio de 1992);
 - . **Maria Rufino de Lima** (Representante da Proposta sobre Educação Especial, a partir de julho de 1990);
 - . **Milva Barreto Hernández Pereira** (Vice-Presidente da Comissão de Sistematização e Vice-Coordenadora do Curso de Pedagogia, de maio de 1990 a julho de 1991 e Presidente da Comissão e Coordenadora do Curso a a partir de agosto de 1991);
 - . **Myriam Monte Leite de Araújo** (Membro da Equipe de Redação deste documento e Representante do Grupo "Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e das Séries Iniciais do 1º Grau", a partir de maio de 1990);
 - . **Rosa de Lourdes de Melo Souza** (Membro da Equipe de Redação deste documento e Representante do Grupo "Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e das Séries Iniciais do 1º Grau", a partir de maio de 1990);

. Severina Paiva da Silva Melo (Membro da Equipe de Redação deste documento e Representante do Grupo "Supervisão Educacional", a partir de maio de 1990);

. Terezinha Soares Sampaio (Representante do Grupo "Orientação Educacional", a partir de maio de 1990).

2. HISTÓRICO DO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO

2.1. ORIGEM E TRAJETÓRIA

As discussões sobre a necessidade de redefinição do Curso de Pedagogia remontam aos anos 70, adquirindo um caráter mais dinâmico e orgânico com os debates sobre a formação do educador na década de 80, objeto de estudo e reflexão do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (1983) que,

"em seu caráter autônomo e partindo das diretrizes político-filosóficas estabelecidas no Encontro Nacional de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação (Belo Horizonte, novembro de 1983), busca a elaboração de novas estruturas curriculares, em seu sentido mais amplo, para os cursos de licenciatura do país". (UFPB/CE - Comissão Interna de Reformulação do Curso de Pedagogia, 1984). (1)

Desde então, as deficiências e problemas do Curso vêm sendo analisados, através de iniciativas das Coordenações do Curso e/ou do seu Colegiado, sem terem resultado, contudo, numa proposta concreta - e global - de redefinição do mencionado curso.

Segundo orientações emanadas da Comissão Estadual dos Cursos de Formação do Educador, professores do Centro de Educação constituíram a Comissão Interna de Reformulação do Curso de Pedagogia

(1) Neste Encontro, foi criada a Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador composta por um representante docente e um representante discente de cada Estado da Federação para, de modo autônomo e democrático, coordenar um amplo processo de discussões sobre a reformulação dos cursos de licenciatura no país. Na Paraíba, a exemplo de outros Estados, foi criada a Comissão Estadual dos Cursos de Formação do Educador (fevereiro de 1984). Esta, por sua vez, propôs a criação de Comissões Internas (professores e alunos) em cada curso de licenciatura, o que foi aprovado em reunião estadual.

que, no período de 18 de maio a 12 de julho de 1984, coordenou os estudos e discussões sobre a reformulação desse curso, intensificados devido à greve dos docentes das universidades federais autárquicas.

Desse processo resultou uma "proposta preliminar" de reformulação do curso, contendo os seguintes aspectos:

. adoção dos princípios gerais constantes do Documento Final do Encontro Nacional de Belo Horizonte (1983);

. constatação da necessidade de aprofundamento dos estudos e análises sobre as atuais habilitações, considerando-se os depoimentos negativos quanto à formação do pedagogo, feitos por docentes do Centro de Educação e alunos do Curso de Pedagogia, bem como por profissionais que já atuam no sistema de ensino;

. criação, no Curso de Pedagogia, de "áreas de concentração" tais como: Educação de Adultos, Educação Especial, Formação para o Magistério (Pré-Escolar, Ensino Normal/Ensino de 1º Grau - 1ª a 4ª séries), Educação Rural.

Além dessas proposições básicas, os professores do Centro de Educação formularam o compromisso de iniciar a referida "proposta preliminar", como experiência, tão logo fossem operacionalizados os componentes curriculares pertinentes às etapas do processo de formação do educador (UFPB/CE - Comissão Interna, 1984:12). Reafirmaram, ainda, a necessidade de dar prosseguimento aos estudos e discussões em 1984, de modo a viabilizar a implantação da experiência a partir de 1985.

Ressalte-se que tais posicionamentos foram encaminhados ao II ENCONTRO ESTADUAL DE REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR (João Pessoa, junho de 1984), tendo sido discutidos e endossados pelos participantes desse Encontro.

Nesta perspectiva - e sempre de modo articulado com as orientações emanadas das Comissões Nacional e Estadual - a Comissão

Interna deu continuidade aos trabalhos de reformulação do curso, adotando os seguintes procedimentos:

. debates, durante a "Calourada" do segundo semestre letivo de 1984, sobre a reformulação do curso, envolvendo alunos, professores e funcionários, no sentido de divulgar o Movimento Nacional e Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador e de colher sugestões concretas para a continuidade dos trabalhos;

. divulgação e discussão, em sala de aula, sobre a "proposta preliminar" de reformulação do Curso de Pedagogia;

. aplicação de questionários a alunos e professores, com o objetivo de consultá-los sobre as prioridades das "áreas de concentração" a serem criadas, bem como acerca do seu interesse e disponibilidade para participar dos diversos grupos de trabalho e da Comissão Interna.

A partir da análise dos dados obtidos nos questionários e das sugestões recebidas, a Comissão Interna elaborou um Projeto de Reformulação do Curso de Pedagogia, tendo como objetivos gerais:

- "reestruturar o Curso de Pedagogia de modo que professores e alunos desenvolvam uma postura reflexiva e crítica diante dos problemas que atingem a sociedade e, em particular, a educação brasileira";

- contribuir para a formação de educadores conscientes de que são sujeitos de um processo histórico e comprometidos com a superação das desigualdades sócio-econômicas e educacionais existentes" (UFPB/CE-- Comissão Interna, 1985:7).

Face a esses objetivos, foram definidos três sub-projetos, intrinsecamente relacionados:

Sub-Projeto 1: REDEFINIÇÃO DAS ATUAIS HABILITAÇÕES

Este sub-projeto voltou-se para a análise, em profundidade, da problemática do Curso de Pedagogia, tendo em vista a redefinição ou extinção das habilitações: Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Os problemas atinentes a estas habilitações revelaram-se complexos, constituindo-se num desafio face ao objetivo de estimular uma postura reflexiva e crítica entre os profissionais da educação e aos questionamentos então existentes em relação ao papel dos especialistas na gestão da escola.

Após várias reuniões e sessões de estudo com professores e alunos envolvidos no sub-projeto, objetivando analisar a problemática de cada habilitação e definir, conjuntamente, estratégias de trabalho, decidiu-se realizar o "I ENCONTRO DE EDUCADORES DA PARAÍBA - REPENSANDO AS HABILITAÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA".

Este Encontro ocorreu nos dias 17 e 18 de outubro de 1985, no intuito de "analisar os problemas inerentes à formação e à prática dos profissionais da educação - Administrador, Supervisor e Orientador - bem como de obter subsídios para a elaboração de um 'esboço' de proposta curricular para cada uma dessas habilitações". Até esse momento tinha-se, como tendência dominante, a posição de redefinir as referidas habilitações segundo a filosofia norteadora do Movimento, ao invés de extingui-las.

A clientela do evento foi constituída por representantes dos alunos das três habilitações, professores, técnicos das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e representantes das Associações de Orientadores Educacionais (ASSOREP) e Supervisores Escolares (APSE).

Os resultados proporcionaram uma visão mais ampla e concreta sobre a formação e a prática destes profissionais, contribuindo para o aprofundamento dos trabalhos e para reafirmar a tendência majoritária de redefinição das habilitações pedagógicas em Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Quanto à habilitação Administração Escolar, não se chegou a nenhuma definição.

Visando ao avanço do processo e à tomada de decisões promoveu-se, no primeiro semestre letivo de 1986, o SEMINÁRIO INTERNO SOBRE A REDEFINIÇÃO DAS ATUAIS HABILITAÇÕES, que ocorreu no período de 24 a 26 de março e teve por objetivo estudar, discutir e apreciar os indicadores levantados pelos professores de cada habilitação, em termos de sua redefinição.

A partir dos resultados desse Seminário e dos demais eventos realizados, os trabalhos passaram a ser desenvolvidos por sub-grupos, objetivando a elaboração final das propostas de redefinição de cada habilitação.

Ao que se refere ao sub-grupo de ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, as definições acerca desta habilitação decorreram de cumulativas discussões e análises que indicaram o seu esvaziamento crescente, traduzido pela redução da demanda e pelo alto índice de evasão de alunos durante o curso.

Tais definições representaram um avanço, à medida que se respaldaram na problemática concreta que envolve os profissionais da administração da educação, no atual contexto brasileiro e, em particular, na realidade paraibana.

Neste sentido, as considerações abaixo registradas evidenciavam alguns aspectos significativos:

. o exercício da função de Administrador Escolar

tem sido subordinado a interesses político-partidários e a práticas clientelísticas que transformaram este exercício em cargo de confiança dos governantes. Isto se choca, frontalmente, com as aspirações democráticas, no sentido de que o administrador deva ser um profissional da estrita confiança da comunidade escolar (alunos, pais e professores). Embora se reconheça que o processo de democratização da escola não se esgota na simples escolha dos dirigentes, é evidente que as fortes ingerências político-partidárias existentes ferem a autonomia da instituição escolar, como instância suficientemente capaz e responsável para decidir qual o dirigente mais adequado para exercer a função, o que vem sendo exigido pelas entidades de classe;

. muitos alunos que optam pela habilitação Administração Escolar o fazem tão somente porque já estão no exercício da função, seja na escola, seja em outras áreas técnicas da estrutura educacional;

. os alunos habilitados na área de Administração Escolar, em sua maioria, não estão no exercício da função, visto que a habilitação não é considerada para o preenchimento desses cargos. Isto significa que a existência desta habilitação não garante, via de regra, o exercício da função administrativa, seja em nível de escola, seja em nível de outras instâncias da administração da educação.

Diante do exposto, o sub-grupo propôs uma **desativação temporária da habilitação Administração Escolar**, garantindo-se, entretanto, o oferecimento desta habilitação a todos os alunos matriculados no curso, até o momento da aprovação de uma nova proposta curricular pelos órgãos competentes. O sub-grupo defendeu que, nesta proposta, **garanta-se a oferta da disciplina Fundamentos da Administração da Educação**, com 90 horas-aula, integrada aos "fundamentos teórico-metodológicos da educação" enquanto núcleo previsto na nova estrutura curricular. Esta disciplina deverá ser também oferecida às demais licenciaturas,

adotando-se o princípio de que cada educador pode vir a ser um dirigente.

Entendendo a Administração Escolar como um campo de conhecimento específico, o sub-grupo sugeriu, também, a oferta de cursos de pós-graduação (especialização e/ou mestrado) aos interessados em aprofundar seus estudos e, ainda, cursos de extensão, em caráter eventual, sempre que uma situação emergencial aponte para a necessidade de formação específica.

Este sub-grupo atuou de modo permanentemente articulado com a Comissão Interna e os resultados do seu trabalho, encaminhados em relatório, foram integralmente absorvidos pela referida Comissão, ao elaborar uma nova proposta curricular para o Curso de Pedagogia.

O sub-grupo de SUPERVISÃO ESCOLAR trabalhou de modo articulado com a Comissão Interna até o primeiro semestre letivo de 1986, tendo encaminhado relatório parcial em que julgava "necessário o exercício da Supervisão Escolar na Educação", devendo esta função ser "exercida com competência e compromisso, a fim de desenvolver uma prática educativo-política eficaz, democrática e consistente" (UFPB/CE, 1986b).

Nesta perspectiva, o sub-grupo propôs uma "revisão no currículo do curso de Pedagogia, evidenciando que a formação do Supervisor deveria partir, essencialmente, de um referencial teórico fecundo e emergente da realidade brasileira, que possa respaldar uma prática de Supervisão Educacional e caracterizar um novo tipo de Supervisor, que tenha como compromisso básico uma educação que melhor atenda às reais necessidades da população, hoje". (Idem).

Quanto à destinação desta formação, duas tendências se manifestavam: "alunos remanescentes da Pedagogia - Licenciatura em Magistério, que deveriam sair com Licenciatura Plena em Pedagogia,

devendo atuar nas séries iniciais do ensino de 1º grau, de forma polivalente" e "alunos remanescentes de Licenciaturas Específicas, que deverão sair com Licenciatura Plena em Pedagogia, devendo atuar em todo o ensino de 1º e 2º graus, por área de estudo ou estudos afins". (Idem).

Tais tendências foram amplamente discutidas e analisadas, tendo o sub-grupo se posicionado pela caracterização do supervisor como o "articulador do processo educativo", devendo ser formado, como educador-supervisor, em curso de Licenciatura em Pedagogia, a nível de graduação e/ou de pós-graduação, partindo de uma base comum nacional para os cursos de formação do educador. (Idem).

Posteriormente, as definições se deram através de um processo de discussão que teve o envolvimento de professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação (Especialização em Supervisão Educacional) da UFPB, da UEPB e do IPÊ, de representantes das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, da Associação Paraibana de Supervisores Educacionais (APSE) e da Comissão Nacional de Presidentes de Associações de Supervisores Educacionais (CENPASE).

O fórum dessas discussões proporcionou elementos crítico-reflexivos para a discussão da prática e da formação do supervisor, influenciando de forma decisiva e contundente a elaboração, em 1989, da proposta "Reestruturação da Habilitação Supervisão Educacional: Uma Contribuição ao Curso de Pedagogia" (Anexo 10.4).

Em linhas gerais, esta proposta se pauta nos seguintes pressupostos teórico-metodológicos:

. a concepção de que a educação não tem um fim em si mesma, mas está referida às relações econômicas, sociais e de poder existentes em toda sociedade;

. a concepção de que o profissional da educação, na sua função social, deve ser competente e inovador;

. a vinculação teoria-prática como forma de sistematizar o curso num bloco de conhecimentos, permitindo uma ligação entre o epistemológico e o real, em que as teorias se tornem alicerces e elementos críticos da prática e avancem à base de uma prática social e esta se explicita à base de uma teoria que a gera;

. a compreensão de que o trabalho pedagógico da escola deverá estar orientado para ajudar os alunos a construir respostas para as questões fundamentais ligadas à gênese do conhecimento;

. a concepção de supervisor como profissional articulador do projeto pedagógico da escola, devendo para isto a sua formação se processar numa dimensão crítico-reflexiva, para que a "Supervisão Educacional possa participar crítica e construtivamente da melhoria do processo educacional através da recriação de uma prática educativo-democrática". (Projeto de Lei nº 5.289/88).

Nesta perspectiva, a proposta visa, especificamente, viabilizar um espaço de discussão sobre a formação do profissional Supervisor, concebido numa educação dialética, orgânica e totalizadora, tendo portanto a escola a função social de desenvolver nos alunos uma determinada compreensão/explicação do mundo, através de uma prática social específica: a pedagógica. Ela pretende, sobretudo, abrir espaço na habilitação, para um repensar da concepção do Supervisor Educacional como educador coletivo, sem perder a sua identidade de Supervisor inserido no projeto pedagógico da escola e da sociedade como um todo.

O sub-grupo de ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL também trabalhou de modo articulado com a Comissão Interna até o primeiro período letivo de 1986. Após estudos e análises da problemática específica desta habilitação, professores e alunos envolvidos neste trabalho optaram pela

redefinição da habilitação, enviando à Comissão Interna relatório parcial com as seguintes indicações:

. caracterização da natureza do trabalho do Orientador Educacional como "uma atividade de natureza sócio-psico-educacional, que tem por finalidade ajudar o homem a situar-se no contexto bio-psico-social, com vistas a desencadear um processo de intervenção sobre esta realidade, transformando-a e transformando-se na ação";

. definição das seguintes finalidades para a ação do Orientador Educacional: "ajudar o homem a situar-se no contexto psico-social com vistas a descobrir, aceitar e/ou transformar o seu meio" e "preparar o homem para situar-se no contexto bio-psico-social com vistas a realizar um processo de aceitação e/ou transformação do seu meio, atuando tanto na escola, como na comunidade ou na empresa".

No que se refere à formação desse profissional, o sub-grupo propôs que a mesma se processasse "a nível de graduação e de pós-graduação, no regime seriado" (UFPB/CE/DHP, 1986:2).

A partir de então, as discussões tiveram como referência os trabalhos realizados em 1983/84, que culminaram com uma experiência pedagógica sem alteração na estrutura curricular vigente, incluindo apenas modificações no agrupamento das disciplinas específicas da habilitação.

A implantação desta experiência deu-se em etapas sucessivas, abrangendo os períodos 84.1, 84.2 e 85.1. Cada etapa foi programada, acompanhada e continuamente avaliada considerando-se, no conjunto e separadamente, as limitações e possibilidades dessa experiência em cada turno (diurno e noturno), conforme pormenorizadamente registrado no documento "Repensando a Formação do Orientador Educacional: Uma Experiência na UFPB" (1985).

No período 87.1, houve uma tentativa de articulação com a Experiência-Piloto de Integração Interdisciplinar (Sub-Projeto 2), envolvendo uma turma de alunos do diurno. Algumas reuniões com a Comissão Interna, coordenadora da mencionada experiência, indicaram a possibilidade de se trabalhar conjuntamente de forma mais sistemática; desta feita, com a turma de ingressantes na habilitação no período 87.2, do turno noturno.

Os resultados dessas experiências foram os principais eixos para a construção da proposta: "Formação do Pedagogo - Habilitação em Orientação Educacional", tanto em sua primeira versão (1988) como na segunda (1989). (ANEXO 10.5)

Em síntese, tal proposta se pautou na crítica às atividades desenvolvidas pelo Orientador Educacional e à sua formação, destacando-se os seguintes aspectos:

- . Falta de definição do tipo de profissional a ser formado;
- . Falta de integração entre as instituições de ensino superior que trabalham com a formação de pedagogos/Orientadores Educacionais;
- . Fragmentação na formação do educador/Orientador Educacional;
- . Desarticulação entre as disciplinas do tronco comum do Curso de Pedagogia e da Habilitação Orientação Educacional;
- . Defasagem entre a formação ministrada aos educadores/Orientadores Educacionais e a realidade da escola brasileira, e particularmente paraibana;
- . Descrédito, desestímulo dos profissionais dessa área.

Com base nessa crítica, o sub-grupo defendeu um novo direcionamento para a habilitação, partindo da revisão da formação do educador/Orientador Educacional, que se pretende situado historicamente, comprometido com as transformações sociais, respaldado em bases concretas, que levem a uma ação técnico-profissional adequada.

Neste sentido, a proposta defende que o Orientador deve ser o profissional que, atuando no processo educativo, se identifique como mediador entre a organização do trabalho escolar e o trabalho docente e dos demais profissionais da escola, de modo a garantir as condições favoráveis à consecução dos objetivos da educação escolar. Embora priorize o trabalho do Orientador Educacional na Escola, a proposta abre a perspectiva de atuação desse profissional em outras instituições não escolares.

Assim sendo, o sub-grupo propôs que a formação do Orientador Educacional seja encaminhada de forma a propiciar:

- . o fomento à formação da consciência crítica, visando uma melhor compreensão dos problemas pessoais e sociais;
- . a busca de fundamentos teóricos nas relações da educação com as ciências sociais;
- . a compreensão da escola enquanto realidade concreta e inserida no contexto histórico-social;
- . recuperação da importância das relações na transmissão, criação e transformação do saber;
- . recriação da escola, tornando-a democrática e de qualidade, pela superação dos problemas da repetência e da evasão;
- . valorização da cultura e do auto-conceito positivo do aluno.

**Sub-Projeto 2: EXPERIÊNCIA-PILOTO DE INTEGRAÇÃO
INTERDISCIPLINAR**

A decisão de realizar esta Experiência sem alterações na grade curricular vigente teve, como preocupação fundamental, propiciar a vivência de um trabalho integrado e coerente com os objetivos gerais do Projeto de Reformulação do Curso de Pedagogia, do qual resultassem subsídios mais consistentes para a reestruturação global do curso.

Neste sentido, a Comissão Interna coordenou esta experiência no período de 1985 a 1988, que foi desenvolvida, voluntariamente, por professores e alunos ingressantes nos períodos 84.2 e 85.1, nos turnos diurno e noturno, com base nos seguintes referenciais:

- . uma concepção dialética do processo educativo, onde a educação é concebida como fenômeno de superestrutura, elegendo-se como eixo da integração interdisciplinar o próprio método dialético;

- . a busca de uma efetiva integração teoria e prática, de modo a superar a dicotomia tradicionalmente existente e a construir uma práxis transformadora, concebida como união indissolúvel entre reflexão e ação.

A escolha desses alunos se deveu ao fato de estarem eles ingressando nas disciplinas específicas do curso, o que propiciava vivenciá-las, desde o início, segundo os pressupostos teórico-metodológicos anteriormente citados.

Dentre os procedimentos que foram adotados para a realização desta Experiência, destacam-se:

- . reuniões, durante os recessos escolares, com professores das disciplinas envolvidas, visando a um planejamento conjunto dos conteúdos e suas formas de integração, assim como da metodologia,

das formas de avaliação e da bibliografia básica a ser adotada, coerentemente com os objetivos da Experiência. Os planos de curso resultantes dessas discussões foram apresentados aos alunos e com eles discutidos, ao mesmo tempo em que foram aplicados, no início e ao término dos períodos letivos, instrumentos que buscavam detectar uma caracterização sócio-econômica do alunado, suas opiniões e sugestões acerca dos procedimentos didáticos mais adequados, suas expectativas face ao curso e às disciplinas que frequentariam e, finalmente, sua visão (inicial e ao término dos semestres) dos problemas educacionais brasileiros e, particularmente, do Nordeste;

. reuniões semanais dos professores da Experiência, objetivando avaliar o processo, acompanhar o andamento das disciplinas e dos alunos, colocar os impasses e dificuldades existentes e definir formas conjuntas de enfrentá-los;

. sessões de estudo com professores da Experiência, que enfatizaram a necessidade de um aprofundamento teórico, face à vivência do método dialético no processo de integração interdisciplinar;

. reuniões sistemáticas da Coordenação do Projeto com os alunos envolvidos na Experiência, visando avaliar o processo e decidir conjuntamente sobre as alternativas de enfrentamento das dificuldades surgidas;

. reuniões da Comissão Interna com a Pró-Reitoria de Graduação, Direção do Centro de Educação, Coordenação do Curso de Pedagogia e demais membros do Colegiado, sempre que necessário, a fim de viabilizar mecanismos indispensáveis ao prosseguimento da Experiência;

. reuniões da Comissão Interna para discutir e elaborar propostas de alteração curricular na oferta do Estágio Supervisionado em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, em caráter experimental, visando a sua aprovação pelas instâncias competen-

tes. Tais propostas enfatizaram a integração do Estágio com as demais disciplinas da respectiva habilitação profissional oferecidas no mesmo período letivo e a antecipação do Estágio, o que implicaria na sua realização em três semestres letivos, ao invés de concentrar-se no último período do curso;

. reuniões sistemáticas com professores e alunos envolvidos no referido Estágio.

Além desses procedimentos, foram ainda realizados:

. o I ENCONTRO DE PROFESSORES E ALUNOS DA EXPERIÊNCIA, no período de 28 a 30 de abril de 1986, nos turnos diurno (manhã) e noturno, no intuito de sistematizar os resultados obtidos e subsidiar a proposta de reestruturação global do curso. Deste Encontro resultaram avaliações sobre o processo global de integração interdisciplinar e propostas de alterações curriculares. A partir de então, foram realizadas, ao final de cada período letivo, reuniões conjuntas (Comissão Interna, professores e alunos) de avaliação da Experiência;

. o SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO PROFISSIONAL, promovido conjuntamente com o Programa de Orientação Educacional, no período de 01 a 03 de dezembro de 1986. Tal Seminário visava oportunizar informações e esclarecimentos sobre a atuação do Administrador Escolar, do Supervisor Escolar e do Orientador Educacional aos alunos da Experiência, nos turnos diurno e noturno.

Tendo em vista os pressupostos teórico-metodológicos e os objetivos do Projeto de Reformulação do Curso de Pedagogia, assim como a avaliação dos resultados obtidos na Experiência, foram propostas as seguintes alterações curriculares: implantação do regime anual, maior duração do curso noturno, redimensionamento da experiência de magistério, criação de Seminários sobre Realidade Educacional Brasileira (como tentati-

va de operacionalização da base comum nacional para as licenciaturas), criação da disciplina Organização do Trabalho Intelectual e redefinição das seguintes disciplinas: Estágio Supervisionado, Filosofia da Educação, História da Educação, Economia da Educação, Psicologia da Educação, Estatística Aplicada à Educação, Estudo de Problemas Brasileiros. Recomenda-se uma leitura cuidadosa do conteúdo e das justificativas dessas alterações curriculares, que foram incorporadas pela Comissão Interna na elaboração de "Uma Nova Proposta Curricular para o Curso de Pedagogia". (ANEXO 10.2; 27-39).

Sub-Projeto 3: CRIAÇÃO DE ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO/ HABILITAÇÕES

A necessidade de criação de "áreas de concentração" foi definida a partir dos pressupostos político-pedagógicos que nortearam o Projeto de Reformulação do Curso, expressos em seus objetivos gerais. Tal necessidade se evidenciava, também, nas tendências majoritárias do Movimento Nacional e Estadual de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, na medida em que essas áreas eram pensadas como "formas de atendimento, pelas IES, de necessidades sociais, o que implicaria numa formação do educador definida a partir da preocupação com a destinação social do Curso de Pedagogia" (Comissão Estadual, 1984:6).

No II ENCONTRO ESTADUAL DE REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR, foram apontadas como prioritárias as seguintes áreas: magistério de 1ª a 4ª Séries, Educação Pré-Escolar, Educação Comunitária, Educação Rural, Educação de Adultos.

Dentre essas prioridades, professores e alunos do Curso de Pedagogia elegeram, nas respostas dadas nos questionários,

as seguintes áreas, em ordem decrescente: Formação para o Magistério do Pré-Escolar, Formação para o Magistério do Ensino Normal e das Séries Iniciais do 1º Grau, Educação de Adultos. Posteriormente, com o relato dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes que se dedicam à Educação Especial no Centro de Educação, foi apresentada a necessidade de criar mais esta "área de concentração", inicialmente em nível de graduação e com ênfase na deficiência mental.

Definidas essas áreas, professores e alunos que se engajaram no Sub-Projeto 3 realizaram sucessivas reuniões e sessões de estudo, tendo sido formados **sub-grupos** de trabalho, segundo as áreas de concentração que deveriam ser criadas:

Sub-Grupo 1 - Formação para o Magistério das Séries Iniciais de Escolarização e Ensino Normal (2).

O sub-grupo 1 iniciou suas atividades com reuniões, sessões de estudo e debates sobre a temática em questão, tomando como referenciais a legislação educacional vigente, as pesquisas sobre a formação do educador e teóricos da educação brasileira.

A partir do primeiro semestre de 1986, o sub-grupo continuou seus trabalhos de forma desarticulada com a Comissão Interna,

(2) A este sub-grupo agregaram-se os docentes que se dedicam à educação pré-escolar, por se entender que esta área deveria ser pensada em estreita articulação com as séries iniciais do ensino de 1º grau.

concentrando-se no âmbito departamental, ocasião em que elaborou a 1ª versão da proposta "Formação para o Magistério: Implantação para as Séries Iniciais de Escolarização e Reativação do Ensino Normal" (agosto de 1986). Esta versão foi submetida à apreciação de uma Comissão de Relatores do Departamento de Metodologia da Educação e, posteriormente, à apreciação do colegiado departamental (setembro de 1986), oportunidade em que este colegiado sugeriu, face ao parecer da Comissão, que a mesma se integrasse ao sub-grupo, para aprofundamento e aprimoramento da proposta.

Acatada a sugestão, os estudos prosseguiram e deles resultou uma 2ª versão da proposta, em abril de 1988, intitulada: "Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e das Séries Iniciais do 1º Grau" (Anexo 10.3), que foi imediatamente encaminhada à Chefia Departamental e, através dela, à Direção do Centro, sendo retomada, para revisão, somente em abril de 1989.

Em essência, tal proposta se caracterizou pela **ampliação do campo de atuação** dos que optarem por esta habilitação, de modo a formar, ao mesmo tempo, professores das matérias pedagógicas do 2º grau e das séries iniciais de escolarização, dando **novo enfoque** à habilitação que preparava docentes apenas para as Escolas Normais. Seu intento é o de **superar as principais falhas do Curso de Pedagogia**, apontadas nos inúmeros debates e sessões de estudo realizados: formação, apenas, de técnicos (especialistas); descompromisso com a formação do professor; descaso em relação às séries iniciais do ensino de 1º grau; ausência de vinculação entre teoria e prática e alheamento do processo educativo e do processo de ensino-aprendizagem do contexto sócio-econômico e político em que ocorrem.

Diante dessa análise, a proposta elaborada se orientou pelas seguintes diretrizes básicas:

. a concepção de que o profissional da educação, na sua função social, deve ser competente, sem que esta competência se esgote no aspecto meramente técnico, mas envolva uma dimensão globalizante, com vistas a uma sociedade democrática;

. a vinculação entre teoria e prática, enfatizando-se a prática como fonte da teoria e a teoria como explicitação da prática que a gera.

Para uma visão mais acurada desta proposta, recomenda-se a leitura do ANEXO 10.3, 11-17.

Ressalte-se, finalmente, que a integração deste sub-grupo com os docentes da área de **Educação Pré-Escolar**, inicialmente prevista, não foi possível. Por outro lado, nenhuma proposta específica desta área foi encaminhada à Comissão Interna, voltando a questão a ser discutida, para fins de reformulação do curso, somente em 1989.

Sub-Grupo 2 - Criação da Habilitação em Educação de Adultos.

Este sub-grupo, a partir dos estudos e discussões realizados, evoluiu no sentido de propor a **criação de uma habilitação em Educação de Adultos**, considerando:

. a necessidade do Curso de Pedagogia levar em conta as prioridades relativas ao grau de pertinência social que assume a educação de adultos face às exigências colocadas pelo processo de transformação social, bem como de contribuir para que o adulto seja

encarado como sujeito histórico deste processo;

. a necessidade de o Centro de Educação assumir, no âmbito do Curso de Pedagogia, a formação de educadores de adultos organicamente articulada com as diferentes experiências que vêm sendo vivenciadas: Curso de Mestrado em Educação, Cursos de Especialização, docência da disciplina Educação de Adultos, pesquisas e práticas educativas com grupos populares da periferia urbana e da zona rural;

. a carência notória de agentes e técnicos educacionais com formação específica para intervir no campo da educação de adultos, correlacionada com a urgência de atendimento de uma demanda crescente, manifesta através de instituições, grupos e organizações - promotores de programas, projetos e/ou experiências com adultos, vinculados tanto ao Estado como à Sociedade Civil. No tocante à Paraíba, esta problemática assume uma relevância ainda maior tendo em vista que, além do trabalho desenvolvido por instituições públicas nesta área, registra-se o desenvolvimento de experiências educativas com adultos vinculada à consolidação dos movimentos populares no campo e na cidade;

. a necessidade de repensar a identidade do Curso de Pedagogia à luz de uma compreensão mais abrangente da educação enquanto prática social historicamente dada. Tal compreensão implica no próprio questionamento do seu objeto de estudo e, conseqüentemente, aponta para a responsabilidade do curso em colaborar na tarefa de construção de uma "teoria da educação" para a qual a educação de adultos representa uma contribuição inestimável;

. o avanço da produção científica na área de educação de adultos, tanto no Brasil como no exterior, conforme revelam os resultados de estudos, pesquisas e publicações especializadas. Tal avanço acarretou o resgate da Educação de Adultos como área de conhecimento e de

investigação pelos cursos de formação do educador a nível de graduação e de pós-graduação;

Face aos objetivos gerais formulados para o Curso de Pedagogia e a necessidade de especificá-los em relação às exigências da habilitação Educação de Adultos, conforme justificativa anteriormente registrada, o sub-grupo propôs formar o profissional dessa área como um educador competente e politicamente comprometido com o processo de transformação da sociedade brasileira.

Assim sendo, a função do educador foi definida a partir de prioridades formuladas em termos de assessoria e docência na área de educação de adultos. Nesta perspectiva, o sub-grupo definiu que o educador de adultos deve ter condições teórico-metodológicas para: planejar, assessorar e avaliar programas, projetos e experiências na área, vinculados a processos formais de escolarização e a processos não formais de práticas alternativas; assumir a docência de disciplinas específicas da área; contribuir qualitativamente para o estudo crítico dos diferentes tipos de práticas de educação de adultos, bem como para a produção/sistematização do conhecimento oriundo dessas práticas e para a definição de políticas pertinentes às necessidades da educação de adultos.

Este sub-grupo trabalhou de modo permanentemente articulado com a Comissão Interna e a proposta de criação desta habilitação foi incorporada, na íntegra, à "Nova Proposta para o Curso de Pedagogia" (ANEXO 10.2, 39-41).

Sub-Grupo 3 - Educação Especial

A criação desta área foi considerada fundamental pelos docentes que nela atuam na medida em que, num Estado pobre como a Paraíba, as escolas públicas registram um percentual significativo de "alunos especiais" (deficiência mental e atrasos na aprendizagem), sem que os professores da rede pública se encontrem suficientemente preparados, quantitativa e qualitativamente, para identificar e lidar com esses inúmeros alunos.

O sub-grupo 3, após reuniões de estudo e discussões, entendeu que a criação desta área no Curso de Pedagogia constituiria uma maneira de enfrentar a problemática do portador de deficiência. Os integrantes deste sub-grupo reafirmaram a importância de formar profissionais especializados, na medida em que a identificação da deficiência ou da superdotação, excluindo-se os casos mais graves, envolve um diagnóstico pedagógico preliminar que, em geral, só se realiza a partir do ingresso do educador no sistema regular de ensino, quando é constatada a sua interferência no processo de aprendizagem. Acrescentaram, ainda, que a experiência acumulada pela equipe de Educação Especial do Centro de Educação, através da oferta de cursos de extensão e de especialização nesta área, reforçava a viabilidade de implantá-la em nível de graduação. Como objetivos gerais da formação desses profissionais, definiram: capacitar o educador para assumir a tarefa docente com consciência crítica e responsabilidade para atuar de forma criativa e eficiente na realidade brasileira e instrumentalizar o aluno para que possa atuar na educação especial em escolas, classes especiais e serviços de atendimento e de coordenação (para o deficiente mental), nas áreas de ensino, avaliação e diagnóstico.

Este sub-grupo trabalhou de modo articulado com a Comissão Interna até junho de 1986, quando encaminhou à mesma os documentos: "Critérios para uma reflexão sobre o perfil e a formação do educador habilitado para trabalhar em educação especial" e "Proposta de habilitação em Educação Especial". (UFPB/CE, 1986a e 1986d).

Como se vê, o sub-grupo evoluiu para a idéia de criação de uma habilitação, não chegando, contudo, a uma posição definitiva sobre o assunto. Após este período, houve um refluxo das discussões e a proposta somente foi retomada em 1989.

A trajetória de todo este processo evidencia que, a partir de um Projeto Global de Reformulação do Curso de Pedagogia, os grupos engajados nos diferentes sub-projetos caminharam em diferentes direções e em ritmos diversos, mantendo-se ou não articulados, a partir de 1986, com a Comissão Interna.

O Projeto previa, no cronograma inicialmente definido, a elaboração de uma nova proposta curricular para o curso até o final do primeiro semestre letivo de 1986, visto que os alunos da Experiência-Piloto deveriam optar pelas habilitações profissionais no início de 1987. Além disto, o segundo semestre deveria ser dedicado a uma ampla discussão dessa proposta no Centro de Educação, visando à sua posterior aprovação pelas instâncias competentes (Colegiado do Curso, Conselho de Centro e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão), a fim de que fosse implantada, em caráter experimental, no início de 1987.

A impossibilidade de conclusão e apreciação, naquele momento, de uma proposta global para o curso, favoreceu, de um lado, o amadurecimento de questões polêmicas e a posterior superação de alguns impasses. Mas pode, por outro lado, ser debitada a dificuldades que, pela sua natureza e conteúdo diversos, merecem ser registradas no históri-

co do processo de reformulação do Curso de Pedagogia do Centro de Educação.

2.2. DIFICULDADES VIVENCIADAS

Como se afirmou, inicialmente, o processo de redefinição do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB ganhou novo impulso e assumiu um caráter mais dinâmico e orgânico com os debates estimulados pelo Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador que, definindo princípios e diretrizes político-pedagógicas norteadores da redefinição dos cursos de licenciatura, permitiu que professores e alunos, voluntária e autonomamente, se organizassem para construí-la.

Nesta perspectiva e com essas estratégias, é compreensível que o processo tenha sido por vezes penoso, deparando-se com barreiras e obstáculos de ordem burocrática e/ou institucional, com resistências, questionamentos e mesmo reações negativas.

Entendendo essas dificuldades como inerentes ao processo, seu registro constitui, inclusive, uma forma de dimensionar as condições objetivas em que uma nova proposta curricular será implantada, além de contribuir para a definição de requisitos indispensáveis a esta implantação.

Assim é que, além dos adiamentos de prazos no cronograma já referidos, é importante ressaltar, mais concretamente:

. a resistência de alguns professores e alunos, nem sempre explícita, em trabalhar o novo e, mais ainda, de modo coletivo,

segundo os princípios norteadores do processo;

- . a insuficiência e/ou indisponibilidade de tempo e a incompatibilidade de horários de alguns professores para participar das diversas atividades de reformulação do curso;

- . a dificuldade em realizar reuniões sistemáticas com o colegiado do curso para um acompanhamento mais efetivo do Projeto de Reformulação e da Experiência-Piloto;

- . a precariedade de recursos humanos, materiais e financeiros em termos do pleno atendimento às demandas do processo;

- . a falta de apoio mais efetivo, em diferentes momentos, das várias instâncias administrativas (departamentos, coordenação, direção), face à imbricação do processo de reformulação, de resto inevitável, com a dinâmica de forças contraditórias em movimento, inclusive na estrutura de poder.

No que se refere à **Experiência-Piloto**, cabe registrar problemas relativos a:

- . organização de turmas específicas da Experiência, fundamentais para a integração interdisciplinar;

- . falta de disponibilidade de alguns professores para assumir turmas da Experiência e participar das reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação;

- . dificuldades inerentes à vivência do método dialético, gerando a necessidade de aprofundamento de estudos e de continuidade das discussões teóricas;

- . limites decorrentes da opção de trabalhar, segundo os pressupostos teórico-metodológicos assumidos, dentro da grade curricular ainda vigente.

As dificuldades enfrentadas pelo sub-grupo Magistério, por sua vez, foram inúmeras desde o início, quando se pensou em uma articulação com os docentes da área de Educação Pré-Escolar. Esta integração não foi possível, naquele momento, pelas condições insatisfatórias existentes: falta de tempo para o grupo se dedicar à elaboração conjunta de uma proposta e dificuldade, inclusive, de compatibilizar os horários do próprio sub-grupo, além da impossibilidade de contatos sistemáticos (encontros ou reuniões) com os professores das Metodologias de Ensino e das habilitações existentes no curso. Por outro lado, a legislação vigente, que possibilita ao aluno lecionar as matérias pedagógicas nas escolas normais independentemente de ser habilitado em Magistério, funcionou como um forte desestímulo para o sub-grupo que se empenhava na elaboração de uma proposta de formação para o Magistério.

No tocante ao sub-grupo de Supervisão Escolar também se registraram dificuldades referentes a diversos aspectos, dentre os quais destacam-se:

- . redefinição das propostas de Supervisão Escolar e Orientação Educacional, tendo em vista a busca de encaminhamentos relacionados à integração entre os fundamentos teórico-metodológicos da educação e os princípios que embasavam tais propostas;

- . articulação entre a proposta de Supervisão Escolar e o novo contexto do Curso de Pedagogia, uma vez que a sistemática de trabalho adotada ao se redefinir isoladamente as habilitações existentes fez com que os professores de Supervisão Escolar sentissem dificuldades em encontrar elementos mais reais e significativos que propiciassem tal articulação;

- . interrelação entre a nova proposta de Supervisão e as questões pertinentes às discussões e aos encaminhamentos

da Supervisão Escolar, na década de 80, a nível nacional e estadual, face ao redimensionamento da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da educação e da própria Supervisão;

- . sobrecarga de atividades dos membros da equipe de Supervisão Escolar, dificultando a ação conjunta necessária à definição de princípios e estruturação do trabalho;

- . inclusão de questões relativas às discussões realizadas por docentes e discentes da habilitação, sobretudo, nas disciplinas Princípios e Métodos de Supervisão Escolar e Estágio Supervisionado, tendo em vista o redimensionamento do Curso de Pedagogia em sua totalidade e não, apenas, da habilitação.

Dentre as dificuldades vivenciadas pelo **sub-grupo de Orientação Educacional**, merecem ser registradas:

- . problemática do Curso de Pedagogia e, especificamente, da habilitação Orientação Educacional, face ao novo contexto da sociedade brasileira, principalmente, no que diz respeito à: desarticulação entre conteúdos e objetivos do Curso e da habilitação, falta de unidade teoria-prática, fragmentação na formação do orientador educacional e falta de definição do tipo de profissional a ser formado;

- . defasagem entre a formação do orientador educacional-processada nas Instituições de Ensino Superior (IES) - e a realidade educacional brasileira;

- . carência de estudos sobre a Orientação Educacional no Estado da Paraíba;

- . acúmulo e diversificação de atividades dos professores que atuavam nesta área, o que implicou insuficiência de tempo para elaborar a proposta curricular da habilitação, conforme cronograma inicialmente previsto;

. insuficiente mobilização dos alunos da habilitação com vistas à melhoria de sua formação.

Apesar dessas e de outras dificuldades, a riqueza do processo, decorrente de seu caráter público, amplo e democrático, permitiu que a reformulação do curso fosse retomada, em 1989, dentro de novas configurações e parâmetros, em que se destacam a maturidade no trato das questões centrais e de eventuais divergências e o empenho coletivo em elaborar uma proposta global e única para o Curso de Pedagogia, enfatizando-se a discussão e aprofundamento de princípios e diretrizes que, permeando diferentes propostas, deverão sustentar, de modo coerente e integrado, a reestruturação global do curso.

2.3. O MOMENTO ATUAL DO PROCESSO

A retomada das discussões sobre a redefinição do Curso de Pedagogia se deu no início de 1989, através da solicitação feita pela atual Direção do Centro de Educação, de que fossem divulgadas e debatidas as propostas elaboradas pelos vários grupos que se envolveram com o processo de reformulação.

Segundo calendário definido pela Direção do Centro, juntamente com a Coordenação do Curso, as propostas foram apresentadas e discutidas pelos três segmentos da comunidade acadêmica do Centro de Educação, nos turnos diurno e noturno, na seguinte ordem:

Proposta 1 - "Uma Nova Proposta Curricular para o Curso de Pedagogia"

(Anexo 10.2):

Elaborada pela Comissão Interna, foi apresentada em 27 de março de 1989.

Proposta 2 - "Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e das Séries Iniciais do 1º Grau (Anexo 10.3):

Elaborada pelo "Grupo Magistério", foi apresentada em 31 de agosto de 1989.

Proposta 3 - "Reestruturação da Habilitação Supervisão Educacional: uma contribuição à Reformulação do Curso de Pedagogia" (Anexo 10.4):

Elaborada pelo "Grupo Supervisão", foi apresentada em 12 de setembro de 1989.

Proposta 4 - "Proposta Curricular para a Formação do Pedagogo Habilitado em Orientação Educacional" (Anexo 10.5):

Elaborada pelo "Grupo Orientação", foi igualmente apresentada em 12 de setembro de 1989.

Acatando encaminhamento da Comissão Interna aprovado quando da apresentação da sua proposta (ocasião, também, em que a Comissão se auto-dissolveu publicamente, por ter cumprido com as tarefas para as quais foi constituída), a Direção do Centro compôs uma Comissão com representantes das diversas propostas apresentadas, da Coordenação do Curso, do alunado e dos funcionários, com a finalidade de "sistematizar as propostas existentes e constituí-las numa proposta única", conforme Portaria UFPB/CE/GD/Nº 32/90, de 28 de maio.

Esta Comissão foi, inicialmente, constituída por 14 membros, tendo sido ampliada, a partir de julho de 1990, com representantes de mais duas propostas:

Proposta 5 - "Magistério na Pré-Escola", elaborada por docente especialista em Educação Pré-Escolar (Anexo 10.6):

Proposta 6 - "Curso de Pedagogia: Habilitação em Educação Especial-
Áreas: Mental, Auditiva e Visual", elaborada por docentes
especialistas na área (Anexo 10.7) que foram apresentadas
à Comissão, respectivamente, em 16 e 18 de julho de 1990.

A Comissão de Sistematização iniciou seus trabalhos
discutindo, em 30 de maio de 1990, a metodologia a ser desenvolvida,
as normas de funcionamento interno e o calendário de suas atividades.

Estabelecida uma dinâmica de funcionamento, a
Comissão desenvolveu, a partir de junho de 1990, atividades voltadas
para:

. o conhecimento das propostas existentes, através
da leitura minuciosa dessas propostas e dos respectivos relatórios
das apresentações e debates das mesmas, ocorridos em 1989;

. o levantamento e mapeamento das questões centrais,
dos aspectos convergentes e divergentes e de pontos ainda polêmicos
das propostas;

. a definição de eixos temáticos para discussão
e aprofundamento dos aspectos levantados, a saber:

- relações educação-sociedade, com o objetivo
de dimensionar a realidade sócio-econômica, política e educacional brasi-
leira, visando detectar as condições históricas, objetivas, em que o
processo educacional ocorre, segundo a visão de mundo predominante nas
propostas, ou seja, a de uma sociedade dividida em classes, onde se
faz necessário o compromisso com a classe oprimida e com a construção
de uma sociedade democrática e justa;

- formação do educador, no intuito de configurar
uma concepção político-pedagógica norteadora da proposta de reformulação,

a partir da qual se definissem, claramente, princípios e objetivos do curso, coerentemente com as análises sobre as relações educação-sociedade;

- **especificidade da educação e identidade da pedagogia**, buscando-se definir, claramente, o objeto de estudo da Pedagogia enquanto licenciatura específica e o tipo de profissionais a ser formado.

Ressalte-se que a análise e discussão desses eixos demandou novas leituras (conforme bibliografia em anexo) e, inclusive, o convite a professores da área de Filosofia, para que a Comissão pudesse se posicionar sobre questões polêmicas, tais como a da identidade do curso de pedagogia e do seu objeto de estudo. Registre-se, também, que os documentos da Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador, resultantes de Encontros Nacionais, foram uma referência básica no que diz respeito à concepção e aos princípios norteadores da reformulação curricular, bem como a questões relativas à operacionalização de uma base comum nacional para as licenciaturas e à redefinição das habilitações em Supervisão Escolar e Orientação Educacional;

. **a sistematização de uma proposta única para o Curso de Pedagogia**: discutidas e aprofundadas as questões levantadas para estudo, a Comissão tomando sempre como referência as propostas existentes em seus pontos convergentes, construiu uma proposta única de reformulação do curso, em que explicita posicionamentos e formulações majoritárias sobre os **pressupostos teórico-metodológicos**, os **objetivos e a estrutura curricular do curso**, buscando avançar nos pontos polêmicos e nas questões deixadas em aberto nas diversas propostas estudadas.

Dentre os posicionamentos e formulações explicitados, destacam-se:

. **opção por uma concepção de Pedagogia** na perspectiva de uma teoria geral da educação, tendo como objeto a educação em

qualquer ambiente social em que ela ocorra;

. terminalidade do Curso de Pedagogia definida como a obrigatoriedade em docência de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) ou de Educação de Adultos, acrescida de uma área de aprofundamento escolhida pelo aluno segundo o tipo de docência pela qual optou, ou seja:

. magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Normal ou Educação Especial (sub-áreas: Deficiência Visual, Deficiência Mental ou Deficiência Auditiva) ^{ou o.e} ou Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais), caso o estudante tenha escolhido Magistério em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais);

. Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos ou Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos, se o aluno tiver optado por Magistério em Educação de Adultos.

Tal redimensionamento do currículo de Pedagogia implica, ainda, compreender a formação do pedagogo como algo global, que exclui a tradicional visão tecnicista de "especializações" estanques. Em vez das habilitações convencionais, o curso pretende oferecer, portanto, tendo por base a docência, áreas de aprofundamento que atendam demandas sociais concretas e específicas;

. redefinição das atuais habilitações - Supervisão Escolar e Orientação Educacional em uma área de aprofundamento, entendida em termos de complementação da formação do pedagogo, que deve atuar, especificamente, na coordenação do processo educativo escolar. Esta decisão se baseia em evidências do atual momento histórico brasileiro quando se discute e se questiona a especificidade do Supervisor Escolar e do Orientador Educacional, a partir de fundamentos teóricos e da prática

educativa destes profissionais em âmbito nacional e, em particular, no Estado da Paraíba. Nesta perspectiva, propõe-se a formação de um **único profissional** que exerça a **função de coordenador do projeto pedagógico da escola** de educação infantil e de ensino fundamental (séries iniciais), vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social concreta;

. **extinção da habilitação Administração Escolar** garantindo-se, porém, a oferta da disciplina **Fundamentos de Administração da Educação** a todos os alunos de Pedagogia e das demais Licenciaturas, preservando-se o princípio de que "cada educador pode vir a ser um dirigente" (Vide pp. 12-13 ,deste documento).

. **alterações na estrutura curricular do curso**, decorrentes dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam a nova proposta curricular de Pedagogia (Consultar item 6, pp.57-67).

Face a necessidade de se agilizar o trabalho de sistematização de uma proposta única para o Curso de Pedagogia, anteriormente referida, a Comissão de Sistematização decidiu, ainda, diante da complexidade da tarefa e das condições adversas à sua realização (rotatividade constante do local das reuniões, precariedade de recursos materiais, tempo insuficiente devido ao acúmulo e diversificação das atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão), constituir no início de agosto de 1990, uma equipe de Redação (preliminar) da proposta de reformulação, a partir de critérios então definidos pela Comissão. Desde então, a Equipe de Redação, composta por 06 (seis) membros da Comissão de Sistematização, passou a redigir, em reuniões específicas, os itens da proposta, à medida em que iam sendo definidos **posicionamentos majoritários** da Comissão sobre os mesmos. Este trabalho se intensificou a partir de setembro, resultando na formulação global desta proposta, que foi lida, discutida e submetida à aprovação de todos os membros da Comissão de Sistematização.

As atividades realizadas por esta Comissão foram permeadas por constantes avaliações. Concluída a tarefa que lhe foi dada pela Direção do Centro, a Comissão entende que todo esse trabalho, além de enriquecedor e fecundo, foi também "formador" para os seus membros, o que, em si mesmo, representa um avanço no processo de reformulação.

Finalmente, considerando que é de fundamental importância avançar-se cada vez mais neste processo, a Comissão defende que esta proposta, após ser discutida e endossada pela maioria dos estudantes e funcionários do Curso de Pedagogia e dos professores do Centro de Educação, seja encaminhada à apreciação e homologação pelos órgãos competentes da UFPB, objetivando sua implantação em caráter experimental.

Evidentemente, como afirmado em algumas propostas e já registrado pela Comissão Interna, em 1986, "essa proposta não estará acabada" nem será garantia de um "novo curso". Ele continuará sendo construído no dia-a-dia da sala de aula, numa luta político-pedagógica pela hegemonia dos postulados que nortearam sua redefinição. Afinal, "a reformulação curricular é um processo que, embora específico, encontra-se historicamente determinado pelas condições objetivas da sociedade e da comunidade acadêmica em que ocorre. Espera-se que contribua para transformá-las". (MORAES e BEZERRA, Cadernos CEDES, 1986 (17:56)).

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Conforme registrado no Histórico, esta proposta curricular para o Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB tem suas raízes no Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, no que se refere à concepção de educação e aos rumos a serem dados à formação dos profissionais da educação.

Com efeito, os anos oitenta foram marcados pela intensificação da luta de educadores brasileiros que, comprometidos com a profissão de intelectual, com os movimentos da sociedade civil por melhores condições de vida e de educação, buscaram retomar a crítica da educação no bojo da sua totalidade - a sociedade e, conseqüentemente, tentaram descobrir caminhos para uma escola possível, mesmo numa sociedade capitalista de país periférico, sem, no entanto, perder de vista a necessidade de superação do quadro social que aí está.

Assim, numa expressão desse Movimento e em coerência com os seus princípios, esta nova proposta curricular adota, como pressuposto fundamental, uma **concepção dialética de educação**, indispensável à formação da consciência crítica e à atuação política do profissional da educação na sociedade brasileira. Longe de um simples ou novo "modismo", e/ou apesar dele, optar por esta concepção significa a recusa à neutralidade e ao ecletismo, assim como o reconhecimento de que, nas condições históricas objetivas da sociedade brasileira, é fundamental a fusão do papel de educador e de cidadão. É indispensável que o educador pense politicamente e perceba a escola brasileira como lugar de luta das forças contraditórias da sociedade. Como diz FLORESTAN FERNANDES,

"o professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e com problemas especiais e, nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política da mesma qualidade" (FERNANDES, 1986:31).

Nesta perspectiva, o professor tem papel de fundamental importância na concretização da proposta: com seu modo de agir, de relacionar-se com os alunos, de focar os conteúdos das matérias, pode contribuir para formar "homens novos" fomentando, a partir da sala de aula, a transformação da realidade e desenvolvendo em si próprio e nos alunos a consciência do significado social e político de suas atitudes. Como afirma PAULO FREIRE, "é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história ..." (FREIRE, 1980:39).

Deste modo, adotar uma concepção dialética da educação como pressuposto que ambase a nova proposta curricular para o curso de Pedagogia representa, a um só tempo, uma opção política, historicamente situada no movimento real dos educadores brasileiros e, também, um imperativo que se coloca para a formação dos profissionais da educação, face às condições estruturais e conjunturais da sociedade. Esta concepção, que transcende o academicismo, implica em apreender o fenômeno educativo na sua totalidade concreta, desmistificando a "falsa consciência" do real. (KOSIK, 1985: 10-20).

Trata-se, portanto, de assumir a educação numa dimensão emancipadora, de maneira que, ao lado da apreensão de sua função reprodutora da força de trabalho, da estrutura de classes, da ideologia dominante e das relações de dominação vigentes, possa ganhar força a "pedagogia do oprimido". Nesta perspectiva, o futuro profissional da educação, junto a outros agentes, terá condições mais efetivas de contribuir para a transformação social.

Norteadas por esta preocupação central, a nova proposta curricular para o curso de Pedagogia considera indispensável resgatar o papel da docência na formação do pedagogo, tornando-a obrigatória para todos os alunos (magistério em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental ou magistério em educação de adultos). Isto implica como salienta JEFFERSON ILDEFONSO, em reconhecer na "docência o núcleo determinante de todo o processo educativo que se passa na escola" e, conseqüentemente, a relevância do professor (especialista na docência) como "o primeiro educador escolar" (ILDEFONSO, 1984: 11).

Investir na formação do professor representa, ao mesmo tempo, uma tentativa de resposta à enorme dívida social no que se refere à qualidade do ensino e ao atendimento à demanda escolar. Neste sentido, afirma MARLENE RIBEIRO: "... 31 milhões de analfabetos já representam uma demanda expressiva de professores de 1º grau. Significa dizer que o número de professores está muito longe de ser suficiente para atender às necessidades da população escolarizável brasileira. Na verdade, são os baixos salários, as condições precárias de trabalho e a ausência de uma política educacional de compromisso com as camadas populares que empurram normalistas e pedagogos para outras atividades. No entanto, parece-nos que é no processo mesmo de organização e luta dos profissionais do ensino para a constituição da nova escola que algumas questões vão se definindo". (RIBEIRO, s.d.: 8).

A precariedade do atendimento à demanda escolar no Brasil e, notadamente, no Nordeste e na Paraíba, fica evidente em dados da SUDENE; em 1980, dos 24,5 milhões de nordestinos que constituíam a população economicamente ativa, 12 milhões não possuíam instrução ou tinham menos de um ano de escolaridade. Apenas 2,7 milhões tinham grau de instrução equivalente ao antigo curso primário. No mesmo ano, as taxas de alfabetização da população nordestina correspondentes às faixas etárias de 7 a 14 anos e de 15 anos ou mais eram, respectivamente, 43,4% e 53,3%, concentrando-se os maiores contingentes na zona urbana: 59,5% e 69,4%, respectivamente. Nas áreas rurais, apenas 27,3% e 35,6% eram alfabetizados. O Estado da Paraíba apresentava as seguintes taxas de alfabetização: 43% (7 a 14 anos) e 51% (15 anos ou mais), dos quais 55% e 63,4%, respectivamente, concentravam-se na zona urbana. Nas áreas rurais, apenas 31% e 36%, respectivamente, eram alfabetizados.

Registre-se que tais índices contribuíram decisivamente para o rebaixamento dos percentuais globais de alfabetização da população brasileira uma vez que, em 1980, as taxas de alfabetização pertinentes a essas faixas etárias eram de 67% e 74%, respectivamente, concentrando-se os maiores contingentes na zona urbana: 78% e 83%, respectivamente. As áreas rurais apresentavam, apenas, 46,7% e 52,9% pessoas alfabetizadas.

Ressalte-se ainda que, no mesmo ano, do total da população nordestina de 7 a 14 anos, 27% (cerca de 2 milhões de crianças) não freqüentavam a escola. Este déficit, segundo VIVEIROS et alii, "está ligado não tanto à incapacidade do sistema educacional de absorver as crianças de 7 a 14 anos, mas à impossibilidade de reter na escola essas crianças, até completarem a escolaridade obrigatória". Com efeito, no Nordeste, segundo a mesma fonte, apenas 10% dos alunos matriculados na 1ª série do 1º grau chegavam à 8ª série, sendo que 2/3 ficavam na passagem da 1ª para a 2ª série (VIVEIROS et alii, 1990: 3-4).

Acrescente-se a este déficit aquele relativo à educação infantil, publicado pela FOLHA DE SÃO PAULO, em 27.10.1980: do total de 25 milhões de crianças brasileiras na faixa etária de 0 a 6 anos, apenas 5% recebiam algum tipo de atendimento educacional, dos quais 60% cabiam à rede privada. Registre-se também que, no Nordeste, do universo de 13 milhões e 900 mil crianças existentes nesta faixa etária, 8 milhões e 519 mil pertenciam a famílias de baixa renda sendo que, apenas 10% delas frequentavam estabelecimentos de educação infantil. Ressalte-se ainda que, no Estado da Paraíba, segundo dados, fornecidos pela Coordenadoria de Educação Pré-Escolar da SEC/PB, a demanda em relação à pré-escola nos 171 municípios paraibanos, em 1985, era de 248.991 crianças e o atendimento escolar cobria somente 18,8% desse universo, ou seja, 46.800 crianças que se situavam, prioritariamente, na faixa etária de 4 a 6 anos, por se encontrarem mais próximas ao ingresso no ensino de 1º grau. Em 1991, o total de crianças atendidas em todo o Estado decresceu para 12.386 (SEC/PB, 1991).

Esta situação revela-se mais agravante quando se consideram dados fornecidos por estudos, pesquisas e relatórios, desenvolvidos pelo cientista brasileiro NELSON CHAVES e pela UNICEF, sobre as crianças portadoras de deficiências. Em 1979, em conferência realizada no Rio de Janeiro, NELSON CHAVES já preconizava para o Nordeste brasileiro, em um futuro bem próximo, uma geração de nanicos, anêmicos e deficientes mentais, baseado na pesquisa realizada pelo IBGE, que apontava: "80% das crianças nordestinas têm seus cérebros comprometidos pelas várias formas de desnutrição", o que implica "definir o homem nordestino como uma sub-raça (Criança e Constituinte: proposta da Comissão Estadual da Paraíba, 1986:10).

Aquilo que na década de 70, apresentava-se como "previsão futurista" para o Nordeste brasileiro foi, gradativamente, tornando-se realidade. Na Paraíba, a pesquisa "Condições de Vida nos

Municípios Paraibanos", realizada pelo FIPLAN/IPLAN/IPEA-UNICEF, em 1986, registrou que "tomando-se como limite do grau de pobreza absoluta o percentual de famílias que contavam com rendimento familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo, constatou-se que num significativo número de municípios (84,8%), 50% e mais das famílias estavam inseridas neste limite e em, apenas, 4,1% dos municípios, menos de 40% das famílias." Um outro limite fixado como linha demarcatória da pobreza relativa, a partir da renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo, permite observar que na "quase totalidade dos municípios paraibanos (97,6%), 70% e mais das famílias apresentavam rendimento per capita que chegava a este limite e que em 88,8% dos municípios, 80% e mais das famílias não alcançavam esse nível de renda" (FIPLAN-PB; IPLAN/IPEA-UNICEF, 1986:31).

Ressalte-se que tal situação é também alarmante, não somente na Paraíba e nos demais Estados do Nordeste brasileiro como, de um modo geral, nos países em desenvolvimento, segundo consta dos relatórios da UNICEF, datados de 1980: "nos países em desenvolvimento, onde vive a maioria das crianças do mundo, pelo menos uma em cada dez crianças sofre de impedimento físico, mental ou sensorial, congênito ou adquirido e pouco ou nada está sendo feito para prevenir a ocorrência do impedimento ou suas lesivas conseqüências" (UNICEF, 1980:11). Com efeito, no tocante ao atendimento educacional, em termos de Brasil, tal precariedade é evidenciada segundo dados do próprio Ministério da Educação, fornecidos pelo Serviço de Educação e Estatística: em 1988, foram atendidos somente 205.793 portadores de necessidades especiais, dos quais 137.124 na rede pública e 68.669 na rede privada, distribuídos entre as várias categorias de deficientes e superdotados. Destaque-se que, na Paraíba, segundo esta mesma fonte, foram atendidos apenas 1.813 alunos, ou seja, aproximadamente, 1% do universo. Considerando-se a população paraibana de 3.200.429 habitantes e aplicando-se a estimativa de 10%, segundo a UNICEF, constata-se, portanto, a existência de um

elevado índice de crianças portadoras de necessidades especiais que demandam atendimento educacional.

Tais dados, associados aos referentes à formação pedagógica, fundamentam em si mesmos a proposta de obrigatoriedade da formação para o magistério: em termos de Brasil, cerca de três quartos dos docentes de 1º grau não tinham, em 1982, formação pedagógica. No Nordeste, atingia-se o índice de 73,8% (RODRIGUES et alii, 1984:7). No Estado da Paraíba, impressiona saber que mais da metade dos 14.000 docentes que trabalham na rede municipal não chegou sequer a completar o 1º grau. Com formação completa para o magistério nesse grau de ensino havia, em 1982, apenas 34,3%, isto é, 8.460 docentes em todo o Estado. Outra particularidade é que, do total de professores atuando no 1º grau, 43% (10.494) trabalha na zona rural, sendo que somente 21,5% possui formação para o magistério (PERES, 1984: ...).

Destaque-se também que, em relação ao pessoal docente atuante em educação especial, existia no Brasil, em 1981, apenas 45,4% (6.044) com formação especializada (MEC/SEEP, CENESP, 1981).

Uma proposta que não levasse em conta a formação do professor e o compromisso com a escola pública pecaria, portanto, por não contemplar as demandas concretas da realidade social quanto à população escolarizável e à formação do professor, que deve ser visto não somente como portador de uma gama de conhecimentos, mas sobretudo, de uma postura crítica e voltada para os grupos majoritários da sociedade.

Um outro aspecto de natureza política que fundamenta o novo direcionamento para o Curso de Pedagogia, relaciona-se à necessidade de valorização social e profissional do docente articulada à sua formação acadêmica em nível superior. Com efeito, esta formação deve propiciar ao estudante de Pedagogia a oportunidade de adquirir uma fundamentação teórico-metodológica consistente que embase sua prática pedagógica e

contribua para o desenvolvimento de sua consciência crítica face à realidade em que irá atuar. Ressalte-se que esta atuação deverá estar vinculada, também, à luta permanente dos trabalhadores em educação por melhores condições de vida e de trabalho e por um projeto pedagógico a serviço das camadas populares, aí incluindo-se a defesa intransigente por uma escola pública, laica, gratuita e de qualidade. A este respeito, argumenta MARLENE RIBEIRO: "O nosso compromisso com a classe trabalhadora e com o seu projeto de sociedade, ambos em formação, definem a necessidade de professores competentes na capacidade de ler o mundo a partir de uma determinada prática social ... O embasamento teórico é fundamental para que o profissional do ensino tenha uma visão crítica de sua própria prática como das práticas diferenciadas com as quais irá conviver e até se organizar ... Finalmente, o caráter político da luta dos profissionais do ensino, de alunos e pais, passa não só pela ampliação do número de vagas nas escolas públicas mas, sobretudo, pela qualidade do ensino à qual as camadas populares têm direito" (RIBEIRO, s.d,...).

Com referência à educação de adultos, essa questão da precariedade de formação especializada torna-se evidente na medida em que, historicamente, a própria marginalidade da educação de adultos no âmbito do sistema nacional de ensino dificultou sua evolução e compreensão de sua especificidade.

Neste contexto de situação subalterna e face à acumulação de problemas específicos da educação de adultos (analfabetismo, evasão, insucesso de políticas públicas etc.), observa-se a coexistência de duas tendências que vêm interferindo na definição e evolução das práticas educativas desenvolvidas na área.

A primeira consistiu na transferência mecânica de recursos, procedimentos, métodos e técnicas aplicados ao chamado "ensino regular" para os programas e projetos vinculados ao ensino supletivo e a outras modalidades educativas destinadas ao adulto. Tais estratégias

político-pedagógicas evidenciaram-se de forma expressiva através do aproveitamento de professores e técnicos do sistema regular de ensino para atuar na área de educação de adultos.

A segunda tendência, de caráter crítico, caracterizou-se pelo surgimento de uma nova etapa norteadada pela busca e construção de respostas apropriadas e coerentes com o problema específico da qualificação do profissional para atuar na área de educação de adultos. Um exemplo significativo desta tendência consistiu na mobilização e organização de um movimento a nível nacional que, dentre outras prioridades, destacou a formação político-pedagógica e técnica do educador de adultos como uma condição necessária tanto para a definição e legitimação do seu respectivo estatuto sócio-profissional como para assegurar a qualidade e eficácia dos programas e projetos educativos desenvolvidos na área (MEC, Comissão Paritária, 1988: 17-18).

Convém salientar ainda que, diante das tentativas de aprofundamento da especificidade da educação de adultos, a questão da formação para o magistério assume uma conotação particular, ou seja, o caráter pedagógico da docência, considerada de forma mais abrangente, perpassa e condiciona as diferentes modalidades de intervenção técnico-pedagógica subjacentes tanto a processos de escolarização e profissionalização como a processos de organização sócio-política e cultural visando atender, prioritariamente, às necessidades e interesses culturais dos setores populares.

Evidentemente, como salientado anteriormente, esta ênfase na formação do docente e o compromisso com a educação das camadas populares devem ser tomados, contudo, na perspectiva de construção de uma teoria geral da educação, tendo como objeto o processo educativo que se dá não apenas na escola mas, em diferentes ambientes sociais. Desta forma, entende-se como objeto de estudo do Curso de Pedagogia, "o processo educativo historicamente dado, cabendo-lhe avançar na sistematização e aprofundamento de uma teoria da educação abrangente e não

reduzí-la a uma teoria da escola" (CONARCFE, IV Encontro Nacional, 1989: 23).

Por outro lado, considerar a Pedagogia como **teoria geral da educação** significa afirmar, conforme SAVIANI, "que não se trata de uma teoria derivada da Psicologia, da Sociologia, da Filosofia, da Economia etc. Enquanto sistematização "a posteriori" da educação, a Pedagogia é uma teoria construída a partir e em função das exigências da realidade educacional (realidade-processo e realidade-produto). (SAVIANI, 1984:59).

No processo de formação do pedagogo destaca-se, portanto, a importância da **unidade teoria-prática**: "a teoria e a prática devem ser consideradas o núcleo integrador da formação do educador, posto que devem ser trabalhadas de forma a constituírem unidade indissociável, sem perder de vista o contexto social brasileiro". (CONARCFE, I Encontro Nacional, 1983:5).

Enunciar tal princípio não assegura a sua concretização, mas expressa o desejo de enfrentamento desse grande desafio. Como diz GRAMSCI, "a identificação da teoria e da prática é um ato crítico, com o qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional" (GRAMSCI, 1978:70).

Isto requer, naturalmente, a busca de superação das ambiguidades que estes termos comportam:

"Na formação do professor, que deve ser entendida como um processo permanente, deve ser recuperado o conceito de práxis, tão desgastado pelo uso indiscriminado (...) A práxis verdadeira, que consiste num processo de libertação e numa busca de transformação do mundo, exigirá do professor que ele, através da consciência, tome distância da cotidianidade em que geralmente se acha imerso e permita a emersão da realidade e o seu conseqüente desvelamento" (RONCA, 1983:8).

Em outras palavras, é preciso fazer a distinção entre "o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade" (KOSIK, 1985:15).

A filosofia da práxis se elege, assim, como filosofia norteadora do processo de formação do educador, na perspectiva da unidade indissolúvel entre reflexão e ação, o que significa a opção político-ideológica por uma determinada visão de mundo. Fazer esta opção não significa, contudo, uma imposição autoritária ou mecanicista: o processo de aquisição/construção do conhecimento requer o acesso às diferentes abordagens teórico-metodológicas, e o confronto com elas, em que a pluralidade de visões possa e deva ser democraticamente contemplada.

A opção pela filosofia da práxis não deve ser entendida, evidentemente, como uma supervalorização da prática em detrimento da teoria, sob o risco de se incorrer num pragmatismo/ativismo que seria a negação da própria filosofia da práxis. Outro risco que vale ressaltar é o do entendimento de que a unidade teoria e prática apenas ocorrerá se e quando os estudantes forem colocados "fora dos muros da universidade". Afinal, na dinâmica institucional e na própria sala de aula estão presentes as contradições fundamentais da sociedade.

A perspectiva metodológica que encoraja esta opção impõe o resgate do processo histórico no qual o homem é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. O método é essencialmente o histórico e não outro. E o histórico é dialético, à medida que, não separando o sujeito de sua prática, oportuniza que ele se pense objetivamente, reconhecendo-se ao mesmo tempo como sujeito histórico. A questão do método constitui, assim, o cerne de uma constante procura da qual participam todos nela envolvidos. O método não deve separar o sujeito de sua história, sugerindo o viver e o pensar-se nela, como processo. Pensar-se na história não

se confunde com pensar abstratamente a história como objeto. Significa colocar-se como sujeito concreto que, sendo produto histórico, produz a história. O desafio da proposta, portanto, é o desafio do próprio método, isto é, o da análise dos fatos estudados nas diversas disciplinas e dos próprios professores e alunos enquanto momento da história que se constrói. Nesta perspectiva, não é possível separar-se da história para estudá-la de lugar exterior a ela própria e aos que vivenciam o processo, visto que alunos e professores são, simultaneamente, sujeito e objeto. Este processo significa uma mediação, que se dá dentro dos vários limites da instituição "universidade", levando, necessariamente, às suas múltiplas relações com a totalidade social nela presente e da qual não se desvincula. Daí decorre o encontro com as diversas contradições que se tem de enfrentar e trabalhar, como exigência do próprio método, explorando a própria postura na relação professor-aluno, seja enquanto trabalho de exploração do conteúdo específico das disciplinas, seja como trabalho de historização dos seus diversos conteúdos específicos - aspectos aparentemente diversos, mas intimamente relacionados.

Vivenciar o método dialético exige uma reflexão radical, global e sistemática da sociedade brasileira. Assim, o método aparece, com maior nitidez, como instrumento de exploração capaz de evidenciar as contradições sociais a que o seu próprio movimento impele. Por isto, ele constitui o meio mais verdadeiro para uma ação pedagógica mais coerente. Refletindo sobre a prática pedagógica existente, descobre-se, nele, a totalidade social, também presente nas disciplinas, no conteúdo de suas ementas, na estrutura curricular, bem como na direção e sentido sociais daí decorrentes.

Vivenciar o método dialético implica, ainda, no esforço coletivo de uma **integração interdisciplinar**, à medida que o atual caráter fragmentário e desarticulado das disciplinas acarreta uma visão

pulverizada da realidade e uma inevitável compartimentalização do saber.

A **interdisciplinaridade** deve ser entendida, como aponta NEIDSON RODRIGUES, na perspectiva de "se assumir que o desenvolvimento da consciência crítica se faz pelo conhecimento, análise e ação sobre a realidade vivida e isso não é propriedade de nenhum conteúdo em particular, nem responsabilidade que pode ser subdividida no processo pedagógico" (RODRIGUES, 1987:31-32). Partindo-se da realidade imediata de alunos e professores, deve-se buscar uma compreensão mais ampla dessa realidade, através da "discussão do processo e do sentido do trabalho, da vida social, da vida política, da importância da absorção dos conhecimentos científicos e técnicos, das diferenças das profissões, das diferenças entre os diversos instrumentos de trabalho e o valor que estes instrumentos têm em função da diversidade do trabalho, da importância da ação política e da ação organizada da sociedade (Idem, p.29).

Não se trata, pois, de introduzir conteúdos de política, de filosofia, de sociologia; de politizar tal ou qual disciplina - nem de artificialmente integrá-las -, mas de trabalhá-las coletivamente, num processo educativo único, em estreita e permanente articulação com o real. Afinal, sem essa articulação, "o saber se dissolve em acúmulo de informações mais ou menos eruditas, descoladas do modo de existência dos educandos, gelatinosa frente à vida e à História. Incapaz de ampliar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discursos sobre a importância e o valor do conhecimento crítico e de intenções proclamadas de se fazer uma educação política" (Idem, p.35).

Nessa perspectiva, o trabalho interdisciplinar e a construção do conhecimento com o aluno são dois desafios que levam à mudança das relações de trabalho na escola: "O trabalho individual é importante e necessário, mas a todo tempo ele converge para o coletivo, em uma experiência interativa, mediada pelas idéias, pela discussão ,

pela troca, pelo estímulo do outro, em um processo de mediação discursiva e pedagógica: pensar, expressar-se, analisar a prática social, discutir os problemas, as contradições, descobrir a dimensão sócio-histórica" da sociedade, sua transitoriedade, possibilidades, o papel do homem como agente, ser social capaz de conhecer, compreender a realidade, enfrentá-la e lutar por transformá-la; uma prática pedagógica democrática, interdisciplinar, fundada na construção coletiva de conhecimentos significativos. Educação voltada para a conquista de uma sociedade onde, a todo momento, se respeite o cidadão, se defenda a liberdade, se priorize o bem estar coletivo, em uma luta incansável contra a alienação do homem pelo homem". (GONÇALVES, 1991:12).

A interdisciplinaridade se constitui, portanto, em pressuposto fundamental à concretização da nova proposta curricular. É evidente que esta interdisciplinaridade, em si mesma, não assegura a consecução dos objetivos propostos para o Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB - Campus I. Ela representa, contudo, uma forma de viabilizar o trabalho coletivo de integração de conteúdos, procedimentos didáticos e formas de avaliação da aprendizagem na direção dos referidos objetivos que, por sua vez, traduzem os princípios político-pedagógicos que os regem.

4. OBJETIVOS DO CURSO

À luz dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam esta proposta, define-se para o Curso de Pedagogia os seguintes objetivos:

. Contribuir para a formação da consciência crítica de futuros profissionais da educação enquanto sujeitos de um processo histórico e na perspectiva do seu comprometimento com a construção de uma nova sociedade justa, democrática e igualitária;

. Avançar na construção de uma teoria geral da educação a partir do aprofundamento de determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico, que propicie a elaboração/reelaboração do conhecimento nas diversas práticas sociais educativas que se dão através de processos formais e não formais;

. Contribuir para a formação de profissionais da educação que tenham condições teórico-metodológicas de:

- assumir a docência no campo da educação infantil e do ensino fundamental (séries iniciais), do ensino normal (matérias pedagógicas) e/ou da educação especial;

- assumir a docência no campo da educação de adultos;

- assessorar e coordenar experiências pedagógicas, programas e projetos vinculados a processos formais de escolarização ou a processos não formais de práticas alternativas em educação.

- produção/sistematização do conhecimento oriundo dessas práticas e para a definição de políticas pertinentes às necessidades da educação nestas áreas.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

6.1. JUSTIFICATIVA

Os pressupostos teórico-metodológicos, os objetivos do Curso e a função do pedagogo, anteriormente explicitados, embasaram a elaboração de uma nova estrutura curricular para o Curso de Pedagogia que transcende alterações puramente formais.

Deste modo, torna-se necessário destacar determinados aspectos significativos referentes às principais decisões que nortearam tal estruturação:

a) adoção do regime seriado - anual ou semestral - para as disciplinas/Seminários obrigatórios em substituição ao sistema de créditos. Como se sabe, a Reforma Universitária de 1968 estabeleceu uma estruturação curricular que "teoricamente atenderia a interesses individuais dos alunos, pela presença de disciplinas obrigatórias e optativas e pela matrícula por disciplina" (ROMANELLI, 1984: 229). Introduzindo, desta forma "o sistema de créditos", a Lei nº 5.540/68 pôs fim ao regime seriado, em nome da racionalidade "instrumental" e da "eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos". (Idem, p. 222).

Na realidade, ao definir objetivos desta natureza para a Reforma Universitária, o Grupo de Trabalho então constituído estava realizando, em nível de legislação, orientações norte-americanas que visavam (ver acordos MEC/USAID) à implantação de uma política educacional coerente com os imperativos econômicos e político-ideológicos defendidos pelos governos militares a partir do golpe de 1964.

Politicamente, o "sistema de créditos" atingindo, de modo intencional, a solidariedade entre os estudantes, ocasionou a

"desmobilização dos alunos que, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar sequer a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência e relevância dos conteúdos transmitidos" (SAVIANI, 1984:91).

Pedagogicamente, tem acarretado

"a fragmentação do trabalho educativo gerando tal grau de dispersão, descontinuidade e heterogeneidade que inviabilizou a eficácia do ensino, reduzido, agora, a um ritual esvaziado de conteúdo significativo". (Idem, Ibidem).

Diante desta análise, a Comissão de Sistematização posicionou-se favoravelmente à adoção do regime seriado para as(os) disciplinas/Seminários Obrigatórios e à permanência do regime de matrícula por disciplina apenas para as disciplinas optativas, de modo a recuperar não só a importância e a dinâmica das "turmas regulares", como também um processo de ensino-aprendizagem de melhor qualidade e coerente com a concepção político-filosófica assumida no processo de reformulação do curso de Pedagogia, superando-se desta forma "as distorções decorrentes do regime de matrícula por disciplina" e "recuperando-se em termos novos

os aspectos positivos do regime seriado ao se oferecer em blocos anuais o núcleo das disciplinas específicas do curso". (Idem, p. 94).

Em suma, com a adoção do regime seriado pretende-se resgatar importantes aspectos que foram rechaçados em decorrência do "sistema de créditos". Acredita-se que ele propicie maior articulação entre meios e objetivos, conteúdos e finalidades, além da continuidade e avaliação indispensáveis ao trabalho pedagógico;

b) **duração do curso noturno maior do que a do turno diurno**, uma vez que a maioria dos estudantes do Curso de Pedagogia que freqüentam o turno da noite enfrentam, com muita dificuldade, três (3) períodos de trabalho por dia, à medida que o estudo é considerado uma forma de trabalho.

Sabe-se que o ensino noturno na realidade brasileira apresenta um conjunto de características que merece ser levado em conta quando não só se pretende dar melhor atendimento ao aluno-trabalhador, como também, encaminhar um processo educativo em que o educando tenha condições de se comportar como elemento ativo e realmente participativo da sua própria aprendizagem.

Considera-se fundamental que as Universidades ampliem as vagas e criem cursos noturnos como forma de expansão do ensino público e gratuito. Aliás, a presença do estudante nos cursos noturnos constitui mais que um direito, pois é uma conquista, dada a seletividade sócio-econômica que se verifica no acesso ao ensino superior. Entretanto, é preciso ter claro o grande desafio que o funcionamento desses cursos representa.

A questão que se coloca é a de assumir este desafio sem cair em assistencialismos/paternalismos. É preciso atentar para as reais razões de sua existência e as relações entre o curso (prática

escolar) e as atividades (prática profissional) cotidianas dos alunos. O que se questiona, em termos de qualidade desses cursos, não se pode superar, apenas, por inovações técnicas e didáticas ou por novas providências de ordem administrativa, mas através de uma prática que promova maior participação na dinâmica do processo educativo e em que as posturas autoritárias dêem lugar a uma postura cada vez mais democrática.

Assim,

"qualquer diretriz democratizadora da Universidade pública deve resgatar a discussão político-pedagógica da qualidade do ensino noturno, na direção de um novo projeto para esses cursos que não signifique o aligeiramento ou a banalização das finalidades básicas do ensino superior - a produção e disseminação do conhecimento - ou, de modo mais grave, apenas o aprofundamento dos graus de seletividade que, no limite, culminariam com a extinção do próprio ensino noturno". (SPOSITO, 1986:36).

Diante destas considerações, somadas às condições sócio-econômicas dos estudantes de Pedagogia, acredita-se que a ampliação da duração do curso ministrado no turno da noite poderá propiciar-lhes oportunidade de fazê-lo com maior aproveitamento.

c) Criação de Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira.

A proposta de criação deste Seminário resulta de discussões ocorridas nos II e III Encontros Estaduais de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, como forma de concretização de uma "base comum nacional" no currículo das licenciaturas.

Defendida desde o Encontro Nacional de Belo Horizonte (NOV/83), esta "base comum nacional" pretende assegurar que, na formação de qualquer licenciando, se realize o conhecimento e a discussão crítica

acerca da realidade educacional em que ele irá atuar profissionalmente como educador.

As discussões e impasses quanto às formas de sua concretização persistem, o que gerou a ênfase na realização de experiências que pudessem, na prática, contribuir para a superação das dificuldades surgidas.

Assim, é que, no III Encontro Estadual da Paraíba (JUN/86), os seus participantes deliberaram a realização, em caráter experimental, de "Seminários de Formação do Educador", voltados para a teoria e processo histórico da educação brasileira, ou seja, seminários sobre temas ou questões relevantes da problemática educacional vigente, analisados e discutidos em estreita relação com a totalidade social concreta, visto em seus aspectos políticos e sócio-econômicos, envolvendo profissionais das diversas áreas de conhecimento.

Propôs-se, naquela oportunidade, que estes temas fossem definidos conjuntamente pelos professores e alunos das licenciaturas envolvidas e que os seminários deveriam ocorrer em espaço curricular próprio, sob forma experimental, com atribuição de créditos, de modo a avançar na obtenção de respostas mais conclusivas acerca da viabilidade curricular de uma base comum nacional.

Reconhecendo-se, porém, as dificuldades de realização imediata deste seminário, conjuntamente com outras licenciaturas que desejem participar de uma experiência dessa natureza, sugere-se que o seu espaço curricular e a sua viabilidade sejam assegurados no "novo currículo" do Curso de Pedagogia, dadas as suas finalidades. Acredita-se, ainda, que tal seminário constituir-se-á em uma experiência fecunda para a integração interdisciplinar e a unidade teoria-prática defendidas para o Curso de Pedagogia.

Pretende-se, assim, que ele seja desenvolvido de modo a garantir uma efetiva integração dos temas a serem abordados com os conteúdos específicos das diversas disciplinas.

Pela sua natureza e finalidade, propõe-se também que seja realizado nos dois primeiros anos do curso, sob a coordenação de um professor do Curso, com carga horária de duas horas-aula semanais no primeiro ano e duas horas-aula semanais no segundo ano, perfazendo um total de 120 horas-aula anuais, seja no turno diurno, seja no noturno;

d) Criação de Seminários Específicos

Tais Seminários darão continuidade ao Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira, anteriormente mencionado, e terão uma função de catalizador de uma reflexão de caráter teórico-metodológico, visando à produção e sistematização do conhecimento, baseada nas experiências vinculadas ao Estágio Supervisionado e às demais disciplinas do curso;

e) Redimensionamento da Experiência de Magistério

A legislação em vigor estabelece, como requisito final para a conclusão do Curso de Pedagogia, comprovação de experiência de magistério adquirida pelos alunos, a saber: mínimo de um ano letivo para os que optarem por Orientação Educacional e de um semestre letivo para os que optarem por Administração Escolar ou Supervisão Escolar.

Na prática, contudo, a Universidade não tem assumido um efetivo compromisso no sentido de acompanhar os alunos durante a realização desta atividade, e esta exigência se restringe, predominantemente, a aspectos burocráticos ou legais.

Considerando, pois, o caráter nitidamente burocrático de que se reveste a exigência de experiência de magistério, bem como

a necessidade de uma efetiva unidade entre teoria e prática durante toda a formação desses profissionais, propõe-se a **extinção da obrigatoriedade da experiência de magistério nos moldes em que vem sendo atualmente exigida**, ou seja, como atividade extra-curricular.

Entende-se, ainda, que o Curso de Pedagogia deve assegurar que esta experiência seja adquirida curricularmente, ao longo da formação do pedagogo, sendo a Universidade co-responsável por esta prática, enquanto tarefa propriamente educativa.

Sugere-se, para isto, que a Universidade mantenha uma estreita articulação com instituições de ensino e entidades responsáveis por programas de educação não formal, a fim de assegurar que a experiência de magistério seja vivenciada através de modalidades diversas e intrinsecamente relacionadas, tais como: Estágio Supervisionado, Seminários Específicos, Ensino de Português (em Educação Infantil e Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série - ou em Educação de Adultos), Ensino de Matemática, Ensino de Ciências, Ensino de História e Geografia, Ensino de Arte-Educação (conteúdo e metodologia).

Estas propostas traduzem a tentativa de incentivar a unidade teoria-prática que deve permear todo o curso;

f) Redefinição de Disciplinas

1) Estágio Supervisionado

A redefinição do Estágio Supervisionado, enquanto estágio curricular obrigatório, pressupõe a redefinição do próprio Curso de Pedagogia, a partir da compreensão do fenômeno educativo.

Em nível da legislação federal, este estágio vem sendo considerado uma disciplina integrante do curso, com carga horária

mínima de 240 horas-aula, e que tem regulamentação específica na organização curricular dos cursos oferecidos por cada instituição de ensino superior.

No âmbito da UFPB, segundo a Resolução nº 05/75, do Conselho de Centro do CCSA (3), o estágio é considerado como "a operacionalização do conteúdo teórico, pelo aluno do curso de Pedagogia, para desenvolver, através de atividades técnicas, a capacidade profissional no campo específico da sua habilitação" (UFPB, Res. nº 05/75, Art. 10º).

Por definição desta Universidade e como forma de conter a crescente demanda de estagiários, a Resolução nº 39/76 do CONSEPE determina que o estágio só poderá ser feito no último semestre do curso. Os alunos estagiários deverão ter cumprido as disciplinas obrigatórias - currículo mínimo e a parte complementar obrigatória - restando-lhes, apenas, duas das disciplinas consideradas optativas. (UFPB, Resolução nº 39/76).

Considerando-se, porém, os princípios norteadores da proposta de reformulação do Curso que elege a relação teoria-prática como processo fundamental, torna-se imprescindível que o Estágio ocorra simultaneamente a outras disciplinas e não, como etapa final, a exemplo do que vem ocorrendo.

Neste sentido, convém registrar que diversas experiências vivenciadas no Centro de Educação concretizaram uma alternativa de estágio que, embora não tivesse implicado alterações de carga horária

(3) Nesta época, o curso de Pedagogia se inseria entre os Cursos de Graduação oferecidos pelo CCSA.

ria, forneceram elementos que confirmam a importância da diluição do Estágio nos dois últimos anos do Curso, com o objetivo de propiciar ao aluno oportunidades de crescimento e amadurecimento acadêmico e profissional.

É importante que os estagiários conheçam os problemas encontrados na prática educativa e, mais ainda, que captem o novo que está se produzindo na comunidade escolar e em programas que tratam de educação não formal.

Deste modo, "é fundamental que o estagiário assuma uma postura de observador crítico e de participante ativo" (OLIVEIRA, Rosiska et alii, 1984:26), mantendo uma relação dialógica com o contexto.

As definições de trabalho serão as da escola-campo considerando-se, é claro, a especificidade educacional do estagiário, ou seja, o conteúdo do estágio deverá ser de interesse da escola ou do programa de educação não formal, respeitada a opção feita pelo estagiário.

Ressalte-se, ainda, que o estágio deverá se realizar em **escolas públicas** e/ou em programas de educação não formal, dada a necessidade de um trabalho educativo mais efetivo junto às camadas populares.

Com base nestas considerações e nos referenciais da nova proposta curricular, sugere-se que o Estágio Supervisionado oportunize, a todos os alunos do Curso de Pedagogia, a aquisição da experiência de magistério em Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental ou em Educação de Adultos, além da aquisição de experiência de magistério em educação especial ou ensino normal e/ou aquisição de experiência em assessoria/coordenação pedagógica de planos, projetos e programas educativos, conforme a(s) área(s) de aprofundamento escolhida(s) pelo estudante.

Em cada tipo de Estágio, o aluno deverá tomar conhecimento da prática pedagógica desenvolvida no campo de estágio, através de observação, análise e contextualização desta prática na escola e na sociedade, além de vivenciar experiências pedagógicas de docência articuladas aos projetos educativos das escolas públicas e os programas, projetos e práticas de educação de adultos, seja via processos formais de escolarização seja via processos não formais de práticas alternativas.

Em suma, a realização do Estágio Supervisionado deverá se processar através de um trabalho coletivo desenvolvido por professores e alunos do curso para o qual se torna imprescindível sua efetiva participação, evidenciando-se, principalmente, a(s) diversa(s) área(s) de conhecimento da proposta do Estágio em determinado momento ou em determinada(o) escola/projeto/programa.

2) Filosofia da Educação, História da Educação Brasileira, Economia da Educação, Psicologia da Educação, Estatística Aplicada à Educação, Estudo de Problemas Brasileiros, Sociologia Geral e Sociologia da Educação.

As justificativas referentes à redefinição dessas disciplinas encontram-se no Anexo 10.2: 35-39 deste documento. Recomenda-se uma leitura cuidadosa das mesmas.

6.2. DEMONSTRATIVOS DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

Diante das considerações e decisões, anteriormente explicitadas, o currículo proposto para a formação do pedagogo abrange três (3) componentes, a saber:

. **Fundamentos teórico-metodológicos da educação** comuns a todos os alunos do Curso, perfazendo um total mínimo de 1.545 horas-aula;

. **Fundamentos teórico-metodológicos do magistério** em Educação Infantil e Ensino Fundamental (séries iniciais) ou em Educação de Adultos, obrigatórios para todos os estudantes, conforme opção feita por um desses campos, compreende uma duração mínima de 1.320 horas-aula;

. **Fundamentos teórico-metodológicos específicos** a cada área de aprofundamento do Curso, abrangendo uma carga horária mínima de 345 ou 375 horas-aula, segundo a opção feita pelos alunos de Pedagogia.

Tais componentes curriculares compreendem **disciplinas e/ou Seminários Obrigatórios**, a serem cursados por todos os estudantes do curso de Pedagogia e **disciplinas optativas** de livre escolha dos mesmos, dentre aquelas ofertadas pelo próprio curso, perfazendo uma carga horária mínima conforme discriminação a seguir:

QUADRO I - DEMONSTRATIVO DA NOVA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR PROPOSTA PARA
O CURSO DE PEDAGOGIA

COMPONENTE CURRICULAR	CARÁTER DISCIPLINA/SEMINÁRIO	CARGA HORÁRIA TOTAL MÍNIMA
. Fundamentos teórico-metodológicos da educação	. Disciplinas/Seminário Obrigatórios	1.500 <i>1470</i>
	. Disciplinas Optativas	45
	SUBTOTAL	1.545 <i>1515</i>
. Fundamentos teórico-metodológicos do magistério em: - Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) ou - Educação de Adultos	. Disciplinas/Seminário Obrigatórios	1.230 <i>1140</i>
	. Disciplinas Optativas	90 <i>45</i>
	SUBTOTAL	1.320 <i>1185</i>
1) . Fundamentos teórico-metodológicos específicos da área de aprofundamento: (Conforme opção do estudante) a) Magistério do Ensino Normal (Matérias Pedagógicas)	. Disciplinas/Seminário Obrigatórias	165 <i>200</i>
	. Disciplinas Optativas	180 <i>45</i>
	SUBTOTAL	345 <i>285</i>
2) b) Educação Especial Sub-áreas: Deficiência Mental, Deficiência Visual e Deficiência Auditiva	. Disciplinas/Seminário Obrigatórias	330 <i>255</i>
	. Disciplinas Optativas	45 <i>45</i>
	SUBTOTAL	375 <i>300</i>
3) c) Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) <i>Coordenação de Ensino</i>	. Disciplinas/Seminário Obrigatórias	330 <i>255</i>
	. Disciplinas Optativas	45 <i>45</i>
	SUBTOTAL	375 <i>300</i>
d) Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos <i>Educação de Adultos</i>	. Disciplinas/Seminário Obrigatórias	285 <i>255</i>
	. Disciplinas Optativas	90 <i>45</i>
	SUBTOTAL	375 <i>300</i>
e) Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos	. Disciplinas/Seminário Obrigatórias	285
	. Disciplinas Optativas	90
	SUBTOTAL	375
	TOTAL	3.210 ou 3.240

Registre-se que, de acordo com a concepção dialética da educação subjacente à perspectiva teórico-metodológica que orienta a presente proposta curricular, as disciplinas - obrigatórias e optativas e os Seminários, acima mencionados, constituem um processo cuja concretização, implica a unidade teoria e prática vivenciada ao longo do curso.

6.2.1. DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

No tocante ao componente curricular dos "fundamentos teórico-metodológicos da educação", as disciplinas e Seminário que os compõe, bem como as respectivas cargas horárias acham-se discriminados no quadro que segue:

QUADRO II - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
. Disciplinas	. Filosofia da Educação	150
Obrigatórias	. História da Educação Brasileira	150
	. Fundamentos Biológicos da Educação	90
	. Sociologia da Educação	150
	. Psicologia da Educação	150
	. Economia da Educação	90
	. Língua Portuguesa	90
	. Organização e Métodos de Estudo	60
	. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	60
	. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	60
	. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	90
	. Currículos e Programas	90
	. Didática	60
	. Fundamentos de Administração da Educação	90
	SUBTOTAL	1.380

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL
CARÁTER	NOME	DE HORAS-AULA
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira	120
. Disciplinas Optativas (uma)	. Educação Comparada	45
	. Planejamento Educacional	45
	. Estatística Aplicada à Educação	45
	. Língua Estrangeira Moderna	45
	SUBTOTAL	45
	TOTAL	1.545

6.2.2. DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO MAGISTÉRIO:

A) MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

As disciplinas-obrigatórias e optativas -, bem como o Seminário Obrigatório, que constituem este componente curricular e suas respectivas cargas horárias, acham-se discriminados no QUADRO III, apresentado a seguir:

QUADRO III - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR PROPOSTA PARA OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

C A R Á T E R	DISCIPLINAS/SEMINÁRIO	TOTAL DE HORAS-AULA
	N O M E	
. Disciplinas Obrigatórias	. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	60
	. Fundamentos de Educação Infantil	90
	. Fundamentos de Educação Especial	60
	. Alfabetização: Processos e Métodos	90
	. Linguagem e Alfabetização	60
	. Literatura Infantil	60
	. Arte-Educação	60
	. Ensino de Português em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Ciências em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de História e Geografia em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	60
	. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais)	210
	SUBTOTAL	1.110
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	120

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
Disciplinas Optativas (duas)	. Educação e Trabalho	45
	. Educação de Adultos	45
	. Educação e Movimentos Sociais	45
	. Educação e Movimento Sindical	45
	. Educação Comunitária	45
	. Educação Sexual	45
	. Educação do Superdotado	45
SUBTOTAL		90
TOTAL		1,320

B) MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Este componente curricular que compreende, também, disciplinas obrigatórias/optativas e um Seminário Obrigatório, poderá ser visualizado no Quadro IV.

QUADRO IV - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR PROPOSTA PARA OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS.

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
Disciplinas Obrigatórias	. Educação de Adultos	120
	. História da Educação de Adultos	60
	. Fundamentos Psicosóciopedagógicos da Educação de Adultos	90
	. Fundamentos da Educação Especial de Adultos	60
	. Currículos e Programas em Educação de Adultos	60
	. Linguagem e Alfabetização	90

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
	. Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos I	90
	. Ensino de Português em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Matemática em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de História e Geografia em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Ciências em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Arte-Educação em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	60
	. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos	120
	SUBTOTAL	1.110
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Prática de Educação de Adultos	120
. Disciplinas Optativas (duas)	. Planejamento e Administração em Educação de Adultos	45
	. Educação e Movimentos Sociais	45
	. Educação Comunitária	45
	. Educação e Movimento Sindical	45
	. Educação e Partidos Políticos	45
	. Cultura e Educação de Adultos	45
	. Educação e Trabalho	45
	. Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos	45
	SUBTOTAL	90
	TOTAL	1.320

6.2.3. DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS DE APROFUNDAMENTO

A) DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO NORMAL

O currículo da formação de Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Normal abrangerá, além dos "fundamentos teórico-metodológicos da educação" e dos "fundamentos teórico-metodológicos de Magistério em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)", anteriormente discriminados, um outro componente: "fundamentos teórico-metodológicos de Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Normal".

Tal componente curricular compreende:

. disciplinas/Seminários Obrigatórios, comuns a todos os alunos que optarem por esta área de aprofundamento, perfazendo um total mínimo de 165 horas-aula;

. disciplinas optativas, a serem escolhidas pelos estudantes dentre aquelas oferecidas pela própria área de aprofundamento num total correspondente a uma carga horária mínima de 180 horas-aula.

Assim sendo, o componente curricular específico desta área poderá ser visualizado no quadro que se segue:

QUADRO V - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS
TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS
DO ENSINO NORMAL.

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE CARGA HORÁRIA
CARÁTER	NOME	
. Disciplinas Obrigatórias	. Estrutura e Funcionamento do Ensino Normal	45
	. Educação e Trabalho	45
	. Estágio Supervisionado em Magistério do Ensino Normal	45
	SUBTOTAL	135
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Ensino Normal	30
. Disciplinas Optativas (duas)	. Ensino de Filosofia da Educação na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de História da Educação na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Psicologia da Educação na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Sociologia da Educação na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Biologia da Educação na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Didática na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Português na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Matemática na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de História na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Geografia na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Ciências na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	. Ensino de Arte-Educação na Escola Normal: conteúdo e metodologia	90
	SUBTOTAL	180
TOTAL	345	

B) DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EDUCAÇÃO ESPECIAL

O componente curricular específico desta área de aprofundamento corresponde aos "fundamentos teórico-metodológicos da educação do portador de deficiência"(visual, auditiva ou mental), conforme opção dos alunos por uma dessas sub-áreas, que abrangem:

. disciplinas/Seminários Obrigatórios, comuns a todos os estudantes que venham a optar por uma dessas sub-áreas, perfazendo um total mínimo de 330 horas-aula;

. disciplinas optativas, de livre escolha dos alunos dentre aquelas oferecidas pela própria sub-área, compreendendo uma duração mínima de 45 horas-aula.

Essas disciplinas e seminário, bem como as respectivas cargas horárias acham-se discriminados nos quadros apresentados a seguir, de acordo com a sub-área (visual, auditiva ou mental) a ser escolhida pelos estudantes:

QUADRO VI - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA VISUAL (DV).

DISCIPLINA/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
. Disciplinas Obrigatórias	. Anátomo - Fisiopatologia da Visão	30
	. Orientação e Mobilidade	45
	. Desenvolvimento Psicossocial do Portador de Deficiência Visual	30
	. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Visual	120

DISCIPLINA/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
	. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Visual	75
	SUBTOTAL	300
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Visual	30
. Disciplinas Optativas (uma)	. Educação Sexual	45
	. Educação do Superdotado	45
	. Distúrbios da Comunicação	45
	. Som, Ritmo e Movimento Musical	45
	. Metodologia Verbotonal	45
	SUBTOTAL	45
	T O T A L	375

QUADRO VII - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SUB-ÁREA DEFICIÊNCIA AUDITIVA (D.A.)

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
. Disciplinas Obrigatórias	. Anátomo-Fisiopatologia da Audição e da Fala	30
	. Desenvolvimento Psicossocial do Portador de Deficiência Auditiva	30
	. Distúrbios da Comunicação	45
	. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Auditiva	120
	. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Auditiva	75
	SUBTOTAL	300

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Auditiva	30
. Disciplinas Optativas (uma)	. Educação Sexual	45
	. Educação do Superdotado	45
	. Técnica Braille	45
	. Som, Ritmo e Movimento Musical	45
	. Metodologia Verbotonal	45
	SUBTOTAL	45
	TOTAL	375

QUADRO VIII - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓ-
RICOS-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SUB-ÁREA: DEFI-
CIÊNCIA MENTAL (DM)

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
. Disciplinas Obrigatórias	. Anátomo - Fisiopatologia do Sistema Nervo- so	30
	. Distúrbios Neuropsiquiátricos	30
	. Distúrbios da Comunicação	45
	. Fundamentos da Educação do Portador de De- ficiência Mental	120
	. Estágio Supervisionado em Educação do Por- tador de Deficiência Mental	75
	SUBTOTAL	300
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Mental	30
. Disciplinas Optativas (uma)	. Educação Sexual	45
	. Educação do Superdotado	45
	. Técnica Braille	45
	. Som, Ritmo e Movimento Musical	45
	. Metodologia Verbotonal	45
	SUBTOTAL	45
	TOTAL	375

C) DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

A estruturação curricular desta área abrange, ainda, um outro componente curricular correspondente aos "fundamentos teórico-metodológicos da Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)", específico àqueles alunos que por ela optarem.

Tal componente compreende:

. disciplinas/Seminário Obrigatórios, comuns a todos os estudantes que escolherem esta área, perfazendo um total mínimo de 330 horas-aula;

. disciplina optativa, a ser escolhida pelos alunos dentre aquelas ofertadas pela própria área de aprofundamento, abrangendo um total mínimo de 45 horas-aula.

Assim sendo, o componente curricular específico desta área poderá ser visualizado no QUADRO IX.

QUADRO IX - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		CARGA HORÁRIA TOTAL
CARÁTER	NOME	
Disciplinas Obrigatórias	Fundamentos da Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	120
	Educação e Trabalho	45
	Fundamentos do Processo Grupal	45

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		CARGA HORÁRIA TOTAL
C A R Á T E R	N O M E	
	. Estágio Supervisionado em Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	90
	SUBTOTAL	300
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	30
. Disciplinas Optativas (uma)	. Planejamento e Administração em Educação	45
	. Organização do Trabalho Pedagógico	45
	. Tecnologia Educacional	45
	. Educação de Adultos	45
	. Educação e Movimentos Sociais	45
	. Educação e Movimento Sindical	45
	. Educação Comunitária	45
	. Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos	45
	SUBTOTAL	45
	T O T A L	375

D) DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO ACESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

O currículo da formação do Assessor e Coordenador Pedagógico em Educação de Adultos compreende, além dos dois componentes curriculares, anteriormente explicitados (pp.66-67), um outro componente específico àqueles estudantes que optarem por esta área de aprofundamento, ou seja, "os fundamentos teórico-metodológicos da assessoria e coordenação pedagógica em educação de adultos", que abrangem:

. disciplinas/Seminário Obrigatórios, comuns a todos os alunos que venham a optar por esta área, correspondendo a um total mínimo de 285 horas-aula;

. disciplinas optativas, a serem escolhidas pelos alunos dentre aquelas ofertadas pela própria área, totalizando uma carga horária mínima de 90 horas-aula.

Desta forma, as disciplinas e o Seminário pertinentes à parte específica do currículo da formação do Assessor e Coordenador Pedagógico em Educação de Adultos, com suas respectivas cargas horárias, encontram-se discriminados no QUADRO X, apresentado a seguir.

QUADRO X - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS.

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
C A R Á T E R	N O M E	
. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos	90
	. Planejamento e Administração em Educação de Adultos	45
	. Pesquisa Aplicada à Educação de Adultos	45
	. Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica de Educação de Adultos	75
	SUBTOTAL	255
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos	30

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL
CARÁTER	NOME	HORAS-AULA
. Disciplinas Optativas (duas)	. Políticas e Práticas de Educação de Adultos no Brasil	45
	. Educação e Movimentos Sociais	45
	. Educação e Trabalho	45
	. Tecnologia Educacional	45
	. Métodos e Técnicas de Trabalho em Grupo	45
	. Alfabetização de Adultos: Processos e Méto- dos II	45
	. Educação Comunitária	45
	. Educação e Movimento Sindical	45
	. Cultura e Educação de Adultos	45
	. Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos	45
	SUBTOTAL	90
	TOTAL	375

E) DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

O componente curricular específico desta área de aprofundamento corresponde aos "fundamentos teórico-metodológicos da assessoria e coordenação pedagógica em alfabetização de adultos", que compreendem:

. **disciplinas/Seminário Obrigatórios**, comuns a todos os alunos que escolherem esta área, perfazendo um total mínimo de 285 horas-aula;

. **disciplinas optativas**, de livre escolha dos alunos dentre aquelas oferecidas pela própria área, abrangendo uma duração mínima de 90 horas-aula.

Conseqüentemente, as disciplinas e o Seminário pertencente à parte específica do currículo da formação do Assessor e Coordenador Pedagógico em Alfabetização de Adultos, bem como as respectivas cargas horárias, poderão ser visualizados no QUADRO XI:

QUADRO XI - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

DISCIPLINAS/SEMINÁRIO		TOTAL DE HORAS-AULA
CARÁTER	NOME	
. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos	90
	. Planejamento e Administração em Alfabetização de Adultos	45
	. Políticas e Práticas de Alfabetização de Adultos no Brasil	45
	. Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos	75
	SUBTOTAL	255
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos	30
. Disciplinas Optativas (duas)	. Pesquisa Aplicada à Educação de Adultos	45
	. Educação e Movimentos Sociais	45
	. Educação e Trabalho	45
	. Tecnologia Educacional	45
	. Métodos e Técnicas de Trabalho em Grupo	45
	. Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos II	45
	. Educação Comunitária	45
	. Educação e Movimento Sindical	45
	. Cultura e Educação de Adultos	45
	. Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos	45
SUBTOTAL	90	
TOTAL		375

As disciplinas - obrigatórias e optativas - bem como os Seminários, anteriormente discriminados, serão assim distribuídos, segundo o turno diurno ou noturno:

QUADRO XII - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURNOS DIURNOS REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS).

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
		. Organização e Métodos de Estudo	02	60	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Realidade Educacional Brasileira I	02	60
			SUBTOTAL	24	720
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Economia da Educação	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Didática	02	60
			. Fundamentos de Administração da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Realidade Edu- cacional Brasileira II	02	60
			SUBTOTAL	23	690
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Currículos e Programas	03	90
			. Fundamentos da Educação Infantil	03	90
			. Alfabetização: Processos e Mé- todos	03	90
			. Arte-Educação	02	60
			. Ensino de Português em Educa- ção Infantil e Ensino Funda- mental(Séries Iniciais): con- teúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de História e Geogra- fia em Educação Infantil e En- sino Fundamental(Séries Ini- ciais): conteúdo e metodolo- gia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infan- til e Ensino Fundamental I	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação In- fantil e Ensino Fundamental I (Séries Iniciais)	02	60

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
3º	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45
			. Optativa II (2º semestre)	03	45
		Obs: Conforme escolha dos alunos			
			. SUBTOTAL	25	750
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	02	60
			. Fundamentos da Educação Especial	02	60
			. Literatura Infantil	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	02	60
			. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Ciências em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	02	60
		. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Iniciais)II	04	120	
	. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	02	60	
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III (1º semestre)	03	45
Obs: Conforme opção do aluno					
4	anos		. SUBTOTAL	25/22	750/660

QUADRO XIII - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURNO DIURNO REFERENTE AOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS ÁREAS DE APROFUNDAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS).

XIII.1) MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO NORMAL.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Se- mes- tre)	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Estrutura Funcionamento do Ensino Normal	03	45
			. Educação e Trabalho	03	45
			. Estágio Supervisionado em Magistério do Ensino Normal	03	45
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre o Ensino Normal	02	30
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas (duas)	. Optativa IV . Optativa V Obs: Conforme opção dos alunos	06 06	90 90
6 me- ses			SUBTOTAL	23	345
4 a 6 me- ses			T O T A L	107	3.210

XIII.2.) EDUCAÇÃO ESPECIAL

XIII.2.1) SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA MENTAL

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Semestre)	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Anatomo-Fisiopatologia Sistema Nervoso	02	30
			. Distúrbios Neuropsiquiátricos	02	30
			. Distúrbios da Comunicação	03	45
			. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Mental	08	120
			. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Mental	05	75
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Mental	02	30
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplina Optativa (uma)	. Optativa IV Obs: Conforme opção dos estudantes	03	45
6 meses			SUBTOTAL	25	375
4 a 6 meses			T O T A L	108	3.240

XIII.2.2) SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA VISUAL

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Semestre)	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Anátomo-Fisiopatologia da Visão	02	30
			. Orientação e Mobilidade	03	45
			. Desenvolvimento Psicossocial do Portador de Deficiência Visual	02	30
			. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Visual	08	120
			. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Visual	05	75
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Visual	02	30
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplina Optativa (uma)	. Optativa IV Obs: Conforme opção dos alunos	03	45
6 meses			SUBTOTAL	25	375
4 a 6 meses			T O T A L	108	3.240

XIII.2.3) SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA AUDITIVA

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Se- mes- tre)	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Anátomo-Fisiopatologia da Au- dição e da Fala	02	30
			. Distúrbios da Comunicação	03	45
			. Desenvolvimento Psicoso- cial do Portador de Defi- ciência Auditiva	02	30
			. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Au- ditiva	08	120
			. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de De- ficiência Auditiva	05	75
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Auditiva	02	30
	MATRÍ- CULA POR DISCI- PLINA	. Disciplina Optativa (uma)	. Optativa IV Obs: Conforme Opção dos estudantes	03	45
6 me- ses			SUBTOTAL	25	375
4 a 6 me- ses			T O T A L	108	3.240

XIII.3) COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSI-
NO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Se- mes- tre)	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Coordenação Pedagógica em Educação In- fantil e Ensino Fundamen- tal(Séries Iniciais)	08	120
			. Educação e Trabalho	03	45
			. Fundamentos do Processo Grupai	03	45
			. Estágio Supervisionado em Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Ini- ciais)	06	90
			. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Coordena- ção Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamen- tal(Séries Iniciais)	02
	MATRÍ- CULA POR DISCI- PLINA	. Disciplina Optativa (uma)	. Optativa IV Obs: Conforme opção do es- tudante	03	45
6 me- ses			SUBTOTAL	25	375
4 a 6 me- ses				108	3.240

QUADRO XIV - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURNO DIURNO REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1ª	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
			. Organização e Métodos de Estudo	02	60
			. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02
			SUBTOTAL	24	720
2ª	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Economia da Educação	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Didática	02	60
			. Fundamentos de Administração da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60
	SUBTOTAL	23	690		

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS SEMESTRAIS
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Currículos e Programas	03	90
			. Educação de Adultos	04	120
			. Fundamentos Psicopedagógicos da Educação de Adultos	03	90
			. Linguagem e Alfabetização	03	90
			. Ensino de Português em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Arte-Educação em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	02	60
		. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos I	02	60	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Prática de Educação de Adultos I	02	60
MATRÍCULA POR DISCIPLINA		. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45
			. Optativa II (2º semestre)	03	45
			SUBTOTAL	25	750
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Currículos e Programas em Educação de Adultos	02	60
			. História da Educação de Adultos	02	60
			. Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos I	03	90
			. Fundamentos Educação Especial de Adultos	02	60
			. Ensino de Matemática em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Ciências em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de História e Geografia em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos II	02	60
				. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Prática de Educação de Adultos II

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
	MATRÍ- CULA POR DISCI- PLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III(1º semestre) Obs: Conforme opção dos alunos	03	45
4 anos			SUBTOTAL	25/22	750/660

QUADRO XV - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURNO
DIURNO REFERENTE AOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS
ÁREAS DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS.

XV.1) ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO DE ADUL-
TOS.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Se- mes- tre)	SEMES- TRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos	06	90
			. Planejamento e Administra- ção em Educação de Adultos	03	45
			. Pesquisa Aplicada à Educa- ção de Adultos	03	45
			. Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica de Educação de Adultos	05	75
			SUBTOTAL	17	255
	SEMES- TRAL	. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos	02	30
	MATRÍ- CULA POR DISCI- PLINA	. Disciplinas Optativas (duas)	. Optativa IV	03	45
. Optativa V			03	45	
6 me- ses			SUBTOTAL	25	375
4 a 6 me- ses			T O T A L	108	3.240

XV.2) ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	SEMESTRAIS
5º (1º Se- mes- tre)	SEMES- TRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos	06	90
			. Planejamento e Administração em Alfabetização de Adultos	03	45
			. Políticas e Práticas de Alfabetização de Adultos no Brasil	03	45
			. Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos	05	75
			SUBTOTAL	17	255
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos	02	30
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas (duas)	. Optativa IV	03	45
			. Optativa V	03	45
6 me- ses			SUBTOTAL	25	375
4 a 6 meses			T O T A L	108	3.240

QUADRO XVI - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURNO NOTURNO, REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS) - ÁREA DE APROFUNDAMENTO: MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO NORMAL.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02	60
				SUBTOTAL	17
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
		. Organização e Métodos de Estudo	02	60	
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60		
		SUBTOTAL	17	510	
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Fundamentos de Educação Infantil	03	90
			. Literatura Infantil	02	60
			. Alfabetização: Processos e Métodos	03	90

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	02	60
			SUBTOTAL	20	600
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Administração em Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	02	60
			. Arte-Educação	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	02	60
			. Ensino de Português em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado e Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	02	60
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação Especial	02	60
			. Ensino de Arte Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	02	60
			. Ensino de História e Geografia em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Ciências em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/SEMEST.
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	04	120
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45
			. Optativa II (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	20	600
6º	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Educação e Trabalho (1º semestre)	03	45
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Normal (1º semestre)	03	45
			. Estágio Supervisionado em Magistério do Ensino Normal (1º Semestre)	03	45
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Ensino Normal (1º semestre)	02	30
		. Disciplinas Optativas	. Optativa III (1º semestre)	03	45
	. Optativa IV (2º semestre)		06	90	
	. Optativa V (2º semestre)		06	90	
			Obs: Conforme opção dos estudantes		
			SUBTOTAL	14/12	210/180
4 a 6 meses			T O T A L	107	3.210

QUADRO XVII - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURNO NOTURNO, REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS) - ÁREA DE APRO - FUNDAMENTO: EDUCAÇÃO ESPECIAL.

QUADRO XVII.1) SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA MENTAL

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02	60
			SUBTOTAL	17	510
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
		. Organização e Métodos de Estudo	02	60	
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60		
	SUBTOTAL	17	510		
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Fundamentos de Educação Infantil	03	90
			. Literatura Infantil	02	60
			. Alfabetização: Processos e Métodos.	03	90

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamen- tal (Séries Iniciais) I	02	60
			SUBTOTAL	20	600
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Administra- ção em Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Avaliação do Processo En- sino-Aprendizagem	02	60
			. Arte-Educação	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	02	60
			. Ensino de Português em Edu- cação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Ini- ciais): conteúdo e metodo- logia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação In- fantil e Ensino Fundamen- tal(Séries Iniciais) I	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamen- tal (Séries Iniciais)II	02	60
			SUBTOTAL	20	600
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação Es- pecial	02	60
			. Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Ini- ciais): conteúdo e metodo- logia	02	60
			. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Ini- ciais): conteúdo e metodo- logia	03	90
			. Ensino de Ciências em Edu- cação Infantil e Ensino Fundamental(Séries Ini- ciais): conteúdo e metodo- logia	03	90
			. Ensino de História e Geo- grafia em Educação Infan- til e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteú- do e metodologia	03	90

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	04	120
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre) . Optativa II (2º semestre) Obs: Conforme opção dos alunos	03 (1º) 03 (2º)	45 45
			SUBTOTAL	20	600
6º	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Mental I . Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Mental II . Anátomo-Fisiopatologia do Sistema Nervoso (1º semestre) . Distúrbios Neuropsiquiátricos (2º semestre) . Distúrbios da Comunicação (2º semestre) . Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Mental I (1º semestre) . Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Mental II (2º Sem.)	04 04 02 02 03 03 02	60 60 30 30 45 45 30
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Mental (1º Semestre)	02	30
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III (1º semestre) . Optativa IV (2º semestre) Obs: Conforme opção dos alunos	03 03	45 45
			SUBTOTAL	14/14	210/210
4 a 6 meses			T O T A L	108	3.240

QUADRO XVII.2) SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA VISUAL

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1ª	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02	60
			SUBTOTAL	17	510
2ª	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
		. Organização e Métodos de Estudo	02	60	
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60		
	SUBTOTAL	17	510		
3ª	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Fundamentos de Educação Infantil	03	90
			. Literatura Infantil	02	60
		. Alfabetização: Processos e Métodos	03	90	
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	02	60		
	SUBTOTAL	20	600		

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Administração da Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	02	60
			. Arte-Educação	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	02	60
			. Ensino de Português em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
		. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	03	90	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	02	60
		SUBTOTAL		20	600
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação Especial	02	60
			. Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	02	60
			. Ensino de História e Geografia em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Ciências em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	04	120

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA			
				SEMANAIS	ANUAIS/SEMESTRAIS		
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45		
			. Optativa II (2º semestre)	03	45		
			Obs: Conforme opção dos alunos				
			SUBTOTAL	20	600		
6º	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Visual I (1º Semestre)	04	60		
			. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Visual II (2º Semestre)	04	60		
			. Anátomo-Fisiopatologia da Visão (1º semestre)	02	30		
			. Desenvolvimento Psicossocial do Portador de Deficiência Visual (2º semestre)	02	30		
			. Orientação e Mobilidade (2º semestre)	03	45		
			. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Visual I	03	45		
			. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Visual II	02	30		
			. Seminário Obrigatório	02	30		
			MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III (1º semestre)	03	45
					. Optativa IV (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos				
			SUBTOTAL	14/14	210/210		
6 anos			T O T A L	108	3.240		

QUADRO XVII.3) SUB-ÁREA: DEFICIÊNCIA AUDITIVA

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Realidade Educacional Brasileira I	02	60
		SUBTOTAL	17	510	
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
		. Língua Portuguesa	03	90	
		. Organização e Métodos de Estudo	02	60	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60
		SUBTOTAL	17	510	
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Fundamentos da Educação Infantil	03	90
		. Literatura Infantil	02	60	
		. Alfabetização: Processos e Métodos	03	90	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	02	60
		SUBTOTAL	20	600	

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Administração da Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	02	60
			. Arte-Educação	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	02	60
			. Ensino de Português em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
		. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	03	90	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	02	60
			SUBTOTAL	20	600
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação Especial	02	60
			. Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	02	60
			. Ensino de História e Geografia em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Ciências em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	04	120

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45
			. Optativa II (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	20	600
6º	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Auditiva I (1º Semestre)	04	60
			. Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Auditiva II (2º Semestre)	04	60
			. Anátomo-Fisiopatologia da Audição e da Fala (1º semestre) (1º Semestre)	02	30
			. Desenvolvimento Psicossocial do Portador de Deficiência Auditiva (2º semestre)	02	30
			. Distúrbios da Comunicação (2º semestre)	03	45
			. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Auditiva I (1º Sem)	03	45
		. Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Auditiva II (2º Sem)	02	30	
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Auditiva (1º Semestre)	02	30
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III (1º semestre)	03	45
			. Optativa IV (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	14/14	210/210
			TOTAL	108	3.240

QUADRO XVIII - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO NOTURNO
REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS) ÁREA DE APROFUNDAMENTO: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS).

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02	60
		SUBTOTAL	17	510	
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
		. Organização e Métodos de Estudo	02	60	
. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60		
		SUBTOTAL	17	510	
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Fundamentos de Educação Infantil	03	90

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/
			. Literatura Infantil	02	60
			. Alfabetização: Processos e Métodos	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	02	60
			SUBTOTAL	20	600
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Administração da Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	02	60
			. Arte-Educação	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	02	60
			. Ensino de Português em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	02	60
			SUBTOTAL	20	600
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos da Educação Especial	02	60
			. Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	02	60
			. Ensino de História e Geografia em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
			. Ensino de Ciências em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II	04	120
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45
			. Optativa II (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	20	600
6º	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I (1º semestre)	04	60
			. Fundamentos de Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) (2º semestre)	04	60
			. Educação e Trabalho (1º semestre)	03	45
			. Fundamentos do Processo Grupal	03	45
			. Estágio Supervisionado em Coordenação Pedagógica de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) I (1º semestre)	02	30
			. Estágio Supervisionado em Coordenação Pedagógica de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) II (2º semestre)	04	60
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) (1º semestre)	02	30

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas	. Optativa III (1º semestre)	03	45
		. Optativas	. Optativa IV (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos.		
			SUBTOTAL	14/14	420/420
			T O T A L	108	3.240

QUADRO XIX - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURN
NOTURNO, REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS - ÁREA
DE APROFUNDAMENTO: ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCA
ÇÃO DE ADULTOS.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02	60
			SUBTOTAL	17	510
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
			. Organização e Métodos de Estudo	02	60
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira II	02	60
			SUBTOTAL	17	510

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Educação de Adultos I	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	03	90
			. Fundamentos Psicosócio-pedagógicos de Educação de Adultos	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Prática de Educação de Adultos I	02	60
		SUBTOTAL	20	600	
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Administração da Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Educação de Adultos II	02	60
			. Alfabetização de Adultos: Processo e Métodos I	03	90
			. Ensino de Português em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Arte-Educação em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	02	60
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos I	02	60
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Prática de Educação de Adultos II	02	60
		SUBTOTAL	20	600	
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Currículos e programas em Educação de Adultos	02	60
			. História da Educação de Adultos	02	60
			. Fundamentos da Educação Especial de Adultos	02	60

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
			<ul style="list-style-type: none"> . Ensino de Matemática em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia . Ensino de Ciências em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia. . Ensino de História e Geografia em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia . Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos II 	03 03 03 02	90 90 90 60
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	<ul style="list-style-type: none"> . Disciplinas Optativas 	<ul style="list-style-type: none"> . Optativa I (1º semestre) . Optativa II (2º semestre) Obs: Conforme opção dos alunos 	03 03	45 45
			SUBTOTAL	20	600
6º	SEMESTRAL	<ul style="list-style-type: none"> . Disciplinas Obrigatórias 	<ul style="list-style-type: none"> . Fundamentos de Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos I (1º semestre) . Fundamentos de Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos II (2º Semestre) . Planejamento e Administração em Educação de Adultos (2º semestre) . Pesquisa Aplicada à Educação de Adultos (1º semestre) . Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica de Educação de Adultos I . Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica de Educação de Adultos II (2º Semestre) 	03 03 03 03 03 02	45 45 45 45 45 30
		<ul style="list-style-type: none"> . Seminário Obrigatório 	<ul style="list-style-type: none"> . Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos (1º semestre) 	02	30

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III (1º semestre)	03	45
			. Optativa IV (2º semestre)	03	45
			. Optativa V (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	14/14	210/210
			T O T A L	108	3.240

QUADRO XX - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO PARA O TURN
NOTURNO, REFERENTE AO MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS - ÁREA
DE APROFUNDAMENTO: ASSESSORIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM ALFABE
TIZAÇÃO DE ADULTOS.

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
1º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação I	03	90
			. História da Educação Brasileira I	03	90
			. Sociologia da Educação I	03	90
			. Psicologia da Educação I	03	90
			. Fundamentos Biológicos da Educação	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira I	02	60
			SUBTOTAL	17	510
2º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Filosofia da Educação II	02	60
			. História da Educação Brasileira II	02	60
			. Sociologia da Educação II	02	60
			. Psicologia da Educação II	02	60
			. Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa	02	60
			. Língua Portuguesa	03	90
			. Organização e Métodos de Estudo	02	60

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Realida- de Educacional Brasilei- ra II	02	60
			SUBTOTAL	17	510
3º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Economia da Educação	03	90
			. Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro	03	90
			. Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	02	60
			. Didática	02	60
			. Educação de Adultos I	02	60
			. Linguagem e Alfabetização	03	90
			. Fundamentos Psicosóciope- dagógicos de Educação de Adultos	03	90
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre Prática de Educação de Adultos I	02	60
			SUBTOTAL	20	600
4º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Administra- ção em Educação	03	90
			. Currículos e Programas	03	90
			. Educação de Adultos II	02	60
			. Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos I	03	90
			. Ensino de Português em Educação de Adultos: con- teúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Arte-Educação em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	02	60
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos I	02	60
		. Seminário Obrigatório	. Seminário sobre a Prática de Educação de Adultos II	02	60
			SUBTOTAL	20	600
5º	ANUAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Currículos e Programas em Educação de Adultos	02	60
			. História da Educação de Adultos	02	60

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS--AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
			. Fundamentos da Educação Especial de Adultos	02	60
			. Ensino de Matemática em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de Ciências em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Ensino de História e Geografia em Educação de Adultos: conteúdo e metodologia	03	90
			. Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos II	02	60
	MATRÍCULA POR DISCIPLINA	. Disciplinas optativas	. Optativa I (1º semestre)	03	45
			. Optativa II (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	20	600
6º	SEMESTRAL	. Disciplinas Obrigatórias	. Fundamentos de Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos I (1º Semestre)	03	45
			. Fundamentos de Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos II (2º Semestre)	03	45
			. Planejamento e Administração em Educação de Adultos (2º semestre)	03	45
			. Políticas e Práticas de Alfabetização de Adultos no Brasil (1º semestre)	03	45
			. Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos I (1º Semestre)	03	45
			. Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos II (2º semestre)	02	30
		. Seminario Obrigatório	. Seminario sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos (1º semestre)	02	30

ANO	REGIME	CARÁTER DISCIPLINA/ SEMINÁRIO	NOME DISCIPLINA/SEMINÁRIO	Nº HORAS-AULA	
				SEMANAIS	ANUAIS/ SEMESTRAIS
	MATRÍ- CULA POR DISCI- PLINA	. Disciplinas Optativas	. Optativa III(1º semestre)	03	45
			. Optativa IV (2º semestre)	03	45
			. Optativa V (2º semestre)	03	45
			Obs: Conforme opção dos alunos		
			SUBTOTAL	14/14	210/210
			TOTAL	108	3.240

7. EMENTAS DAS(OS) DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS

7.1. Das(os) Disciplinas/Seminários Referentes aos Fundamentos

. Disciplina: Filosofia da Educação Nº de Horas-aula: 150

História e Educação: fundamentos da História como referência metodológica para a compreensão do fenômeno da educação. Educação, Cultura e Sociedade: elementos teórico-metodológicos para a consideração da educação e da cultura no sistema sócio-econômico-político. Tendências e correntes da educação brasileira: a educação como processo e como produto (ideologia) na cultura brasileira.

. Disciplina: História da Educação Nº de Horas-aula: 150

Significado e especificidade da disciplina, suas relações concretas com os conteúdos de disciplinas afins. Estudo das relações dialéticas educação-sociedade brasileira nos diferentes momentos históricos, periodizados segundo os "modelos econômicos" que se sucederam na sociedade brasileira, em função de sua dependência de países capitalistas centrais. Abordagem da educação enquanto "fenômeno de superestrutura", enfatizando-se sua dupla função reprodutora/emancipadora em cada período estudado. Raízes históricas do capitalismo e das correntes filosóficas que o sustentaram e sustentam, bem como das influências dominantes no pensamento pedagógico brasileiro.

. Disciplina: Fundamentos Biológicos da Educação Nº de Horas-aula: 90

Temas relacionados com a saúde do povo brasileiro e sua herança genética, com a nutrição e rendimento escolar, com o organismo humano e suas funções e com a educação para

a saúde, como subsídios para um comprometimento maior do educador com a superação das desigualdades sociais.

. Disciplina: Sociologia da Educação

Nº Horas-aula: 150

Educação e Sociedade. Sociologia da Educação: enfoques teóricos. A política educacional brasileira. A escola do consenso e do conflito. A educação popular no Brasil.

. Disciplina: Psicologia da Educação

Nº Horas-aula: 150

O campo da Psicologia Educacional: dimensões e abordagens básicas. A dinâmica psico-social da educação: relações entre o sistema e a prática educativa e sua configuração na dinâmica do grupo-classe. Concepções de aprendizagem numa perspectiva histórico-crítica: teorias de base empirista, racionalista, construtivista dialética e suas implicações para a prática pedagógica. O desenvolvimento cognitivo na perspectiva psicogenética; contribuição da abordagem para a ação pedagógica com ênfase na psicogênese de conceitos pertinentes à aprendizagem escolar. O desenvolvimento sócio-afetivo nas perspectivas psicanalíticas e neo-psicanalíticas. Distúrbios do desenvolvimento e da aprendizagem ligados a fatores psicopedagógicos e sócio-culturais.

. Disciplina: Economia da Educação

Nº de Horas-aula: 90

A organização econômica. A organização educacional. Renda em educação. Consumo em educação. O Estado e a direção do desenvolvimento. O processo de acumulação e a formação de recursos. A integração

da escola no processo de desenvolvimento. Nova estrutura e nova função da escola. Educação e trabalho no modo de produção capitalista. O trabalhador e o saber na relação educação e trabalho.

. Disciplina: Língua Portuguesa

Nº de Horas-aula: 90

Técnicas de leitura e de redação. Produção de textos. Conceitos linguísticos: língua falada e língua escrita, níveis de linguagem. Recursos expressivos. Estruturação de períodos e de parágrafos.

. Disciplina: Organização e Métodos de Estudo

Nº de Horas-aula: 60

Desenvolvimento de habilidades de leitura, esboço, esquema e resumo, problematização de idéias e síntese. Vivência de situações que propiciem incrementação da expressão escrita, desinibição para escrever e organização lógica do pensamento.

. Disciplina: Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa

Nº Horas-aula: 60

A questão do método científico na produção do conhecimento. A função social da ciência na sociedade contemporânea. O problema da cientificidade da educação no âmbito do questionamento epistemológico sobre a ciência e, em particular, sobre as ciências sociais.

. Disciplina: Introdução aos Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação

Nº de Horas-aula: 60

O método científico e modelos de pesquisa em educação. Elaboração de projetos de pesquisa. Técnicas de observação, coleta de dados e análise, aplicados na pesquisa em educação.

. Disciplina: Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro

Nº de Horas-aula: 90

O significado da disciplina e o seu campo de estudo. O ensino e as concepções de educação vigentes em cada momento histórico. As reformas de ensino e a estrutura da educação nacional. A questão da escolarização básica e a democratização do ensino. Relação entre educação e trabalho. A profissionalização do ensino médio e a questão da dualidade. A função política e social da educação básica e do ensino médio, hoje.

. Disciplina: Currículos e Programas

Nº de Horas-aula: 90

Concepções de educação e de currículo. Perspectivas curriculares e a realidade brasileira. Projetos político-pedagógicos alternativos na perspectiva da transformação social. O processo de elaboração curricular. Os profissionais da educação e sua formação. O papel dos profissionais da educação no processo curricular.

. Disciplina: Didática

Nº de Horas-aula: 90

O papel da Didática na transformação da prática pedagógica. Os componentes do processo de ensino (objetivo, conteúdo, procedimento e avaliação) e suas relações na caracterização da relação professor-aluno. Concepção de planejamento como processo de organização do ensino. Identificação de elementos que possam ser resgatados da prática escolar na perspectiva de construção de uma proposta didática alternativa.

. Disciplina: Fundamentos de Administração da Educação

Nº Horas-aula: 90

Contexto histórico da criação das teorias de administração. A racionalização do trabalho e a consolidação do capitalismo. A burocratização da administração: poder, controle e alienação. Administração e educação: democratização do trabalho pedagógico e a democratização da sociedade.

. Seminário: Seminário sobre a Realidade Educacional Brasileira

Nº de Horas-aula: 120

Abordagem multidisciplinar dos problemas cruciais da educação brasileira, situados em sua estreita relação com a totalidade social concreta. Discussão de problemas, temas e práticas pedagógicas concretas (escolares e extra-escolares), a partir da licenciatura envolvida, tratados em sua vinculação com os conteúdos específicos do curso e na perspectiva da formação da consciência crítica e da prática transformadora.

. Disciplina: Educação Comparada

Nº de Horas-aula: 45

Estudos comparados em educação. Natureza e objeto da educação comparada. O método em educação comparada. Educação e imperialismo cultural. Estado-Nação, contexto internacional e educação. Nacionalismo, interculturalidade, transculturalidade e educação. Sistemas nacionais de ensino.

. Disciplina: Planejamento Educacional

Nº de Horas-aula: 45

Aspectos políticos e técnicos do planejamento educacional. Tendências recentes do planejamento; proposições teórico-metodológicas do planejamento convencional e do planejamento participativo. As práticas do planejamento participativo e do planejamento educacional. Desenvolvimento de atividades referentes ao planejamento educacional.

. Disciplina: Estatística Aplicada à Educação

Nº de Horas-Aula: 45

Leitura e interpretação de estatísticas referentes à realidade educacional brasileira e, particularmente, paraibana: distribuição de frequências, representação gráfica, medidas de tendência central na comparação dos resultados escolares, medidas de dispersão e sua aplicação em educação.

. Disciplina: Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Francês)

Nº de Horas-Aula: 45

Leitura e interpretação de textos escritos em Inglês, através da utilização de técnicas linguísticas modernas, particularmente, as técnicas "skimming" e "scanning" ou leitura semântica utilizando-se estratégias cognitivas que ajudarão o aluno a ler e compreender textos em francês.

7.2) DAS(OS) DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS REFERENTES AOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO MAGISTÉRIO.

7.2.1) MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

. Disciplina: Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem Nº Horas-aula: 60

Concepções de educação e avaliação. Princípios ou pressupostos, funções, características e modalidades da avaliação. A prática da avaliação. Propostas alternativas de avaliação do processo ensino-aprendizagem. Avaliação e mecanismos intra-escolares: recuperação, reprovação, repetência e evasão.

. Disciplina: Fundamentos de Educação Infantil Nº de Horas-aula: 90

Aspectos filosóficos, políticos e sócio-econômicos da educação infantil. Fatores biológicos do desenvolvimento infantil. As influências ambientais no desenvolvimento infantil. Estudo do comportamento afetivo, cognitivo e social da criança. Criatividade na educação infantil. O brinquedo e a criança. O ensino na pré-escola.

. Disciplina: Fundamentos de Educação Especial Nº de Horas-aula: 60

A Educação Especial no contexto sócio-econômico e político brasileiro. Abrangência e pressupostos legais da Educação

Especial. Caracterização do portador de deficiência nos aspectos sócio-pedagógico, preventivo e profissionalizante.

. Disciplina: Alfabetização: Processos e Métodos Nº de Horas-aula: 90

Concepções de alfabetização; implicações teóricas, políticas e metodológicas. Leitura e escrita no processo de alfabetização. O material didático-pedagógico no processo de alfabetização. Propostas alternativas de alfabetização das camadas populares.

. Disciplina: Linguagem e Alfabetização Nº de Horas-aula: 60

Teorias da linguagem e implicações teórico-metodológicas nas práticas de alfabetização. Relação entre linguagem, cultura, educação e alfabetização. A formação do alfabetizador.

. Disciplina: Literatura Infantil Nº de Horas-aula: 60

A literatura infantil no processo de alfabetização e suas implicações político-pedagógicas. Os vários gêneros literários. A literatura infantil e a produção de textos na escola. A literatura infantil: direito e prazer.

. Disciplina: Arte-Educação

Nº de Horas-aula: 60

Conhecimento dos pressupostos da arte em educação em suas múltiplas linguagens: corporal, visual, sonora e cênica.

. Disciplina: Ensino de Português em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

Tendências sobre as relações entre linguagem e educação: teoria do déficit lingüístico, propostas de educação compensatória no ensino da língua; teoria da diversidade lingüística; bidialectismo no uso da língua; teoria da distribuição desigual do capital lingüístico; implicações no ensino da língua materna em educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Seleção e estruturação dos conteúdos de Português para educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais). Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Português; programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem de Português na perspectiva da construção dos conhecimentos da língua materna.

. Disciplina: Ensino de Matemática em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado da Matemática na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Seleção e estruturação dos conteúdos de Matemática para educação infantil e ensino fundamental

(séries iniciais), tendo em vista aspectos filosóficos, psicogenéticos e metodológicos da Matemática. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem da Matemática na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem que contribuam para a redescoberta dos conhecimentos matemáticos.

- . Disciplina: Ensino de Ciências Físicas e Biológicas em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): Conteúdo e Metodologia.

Nº de Horas-aula: 90

O significado das Ciências na educação infantil e no ensino fundamental (séries iniciais). Seleção e estruturação dos conteúdos de Ciências, tendo em vista aspectos filosóficos, psicogenéticos e metodológicos das Ciências. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem das Ciências em educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais). Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem na perspectiva da construção dos conhecimentos das Ciências Físicas e Biológicas.

- . Disciplina: Ensino de História e Geografia em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): Conteúdo e Metodologia.

Nº de Horas-aula: 90

A produção histórica e geográfica e suas consequências para a educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais).

Categorias de análise: construção e apropriação do espaço mediada pelo trabalho social do homem; o homem sujeito da história. A produção didática para o ensino de história e geografia; propostas pedagógicas - oficial e alternativas #; o livro didático e suas relações com a produção histórica, geográfica e das outras ciências sociais. A construção dos conceitos de tempo e espaço no aluno de educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais); aspectos teórico-metodológicos e recursos didáticos.

. Disciplina: Ensino de Arte-Educação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais): Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado da Arte-Educação em educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Seleção e estruturação dos conteúdos de Arte-Educação em educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais). Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Arte-Educação em educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem de Arte-Educação em educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais).

. Disciplina: Estágio Supervisionado em Magistério de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)

Nº de Horas-aula: 210

Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas em educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais) - objeto do próprio estágio - considerando-se:

. questões relacionadas com a vivência do próprio

estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico;
. questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.

. Seminário: Seminário sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental
(Séries Iniciais)

Nº de Horas-aula: 120

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes da problemática da educação infantil e ensino fundamental (Séries Iniciais), considerados(as) em estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

. Disciplina: Educação e Trabalho

Nº de Horas-aula: 45

O trabalho como princípio educativo. Relação entre sistema produtivo, sistema de profissionalização e sistemas de formação do trabalhador. Propostas pedagógicas experimentais fundamentadas no trabalho como princípio educativo.

. Disciplina: Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

Perspectivas teórico-metodológicas da educação de adultos; educação permanente, educação não formal e educação popular. Evolução da educação de adultos como prática social no contexto da sociedade brasileira.

. Disciplina: Educação Comunitária

Nº de Horas-aula: 45

O papel da educação no contexto das políticas e programas de desenvolvimento comunitário. Implicações dessas práticas sociais no processo de construção de alternativas em educação para as camadas populares.

. Disciplina: Cultura e Educação

Nº de Horas-aula: 45

Relação entre antropologia e educação. A função da educação e, especificamente, da educação escolar nos processos de socialização.

. Disciplina: Educação e Movimento Sindical

Nº de Horas-aula: 45

O movimento sindical como espaço educativo na formação sócio-cultural e política do trabalhador. Relação entre movimento sindical, sistema de profissionalização e sistema de escolarização do trabalhador.

. Disciplina: Tecnologia Educacional

Nº de Horas-aula: 45

O processo de informatização da sociedade. Tendências atuais da tecnologia educacional. A informática e a educação em uma perspectiva construtivista do processo de conhecimento. Recursos didáticos, experimentais e audio-visuais como mediadores das diversas propostas de ensino-aprendizagem.

. Disciplina: Educação e Movimentos Sociais

Nº de Horas-aula: 45

Os movimentos sociais como espaço educativo na formação sócio-cultural e política das camadas populares. Relação entre poder e saber no processo de construção de apropriação do conhecimento no âmbito dos movimentos sociais. O papel do educador como articulador das práticas educativas desenvolvidas nesses movimentos.

. Disciplina: Educação Sexual

Nº de Horas-aula: 45

Atitudes e valores com relação à educação sexual. A filosofia da educação sexual. Desenvolvimento psicosexual: infância, adolescência, idade adulta. Educação sexual na família e na escola: metodologia e linguagem. Manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicosocial.

. Disciplina: Educação do Superdotado

Nº de Horas-aula: 45

O superdotado e os aspectos filosóficos, políticos e sócio-econômicos da educação. Características do superdotado. Programas educativos de atendimento ao superdotado.

7.2.2 MAGISTÉRIO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

. Disciplina: Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 120

Relacionamento entre educação de adultos, pedagogia e processos de socialização. Especificidade da educação de adultos como campo de estudo e de investigação científica. Perspectivas teórico-metodológicas da educação de adultos: educação permanente, educação não formal e educação popular.

. Disciplina: História da Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 60

Evolução da educação de adultos como prática social no contexto da sociedade brasileira. Significado e relevância social das diferentes expressões históricas da educação de adultos: alfabetização, recuperação escolar, profissionalização, desenvolvimento comunitário, associativismo-sindicalismo e partidos políticos.

. Disciplina: Fundamentos Psicosócio pedagógicos da Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 90

Processos de aprendizagem do adulto e as implicações psicossócio pedagógicas nas diferentes modalidades de formação - escolar e extra-escolar. Caracterização das metodologias aplicadas nas diferentes práticas de educação de adultos.

. Disciplina: Fundamentos da Educação Especial de Adultos

Nº de Horas-aula: 60

Função social e política da educação especial em educação de adultos no contexto da sociedade brasileira. Caracterização das metodologias aplicadas ao adulto portador de deficiência, considerando os aspectos psico-sócio-pedagógicos , preventivo e profissionalizante.

. Disciplina: Currículos e Programas em Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 60

Perspectivas curriculares aplicadas às diferentes práticas de educação de adultos no contexto da realidade brasileira. Processo curricular em educação de adultos: elaboração, execução, avaliação e sistematização. O papel do educador de adultos no processo curricular.

. Disciplina: Linguagem e Alfabetização

Nº de Horas-aula: 90

Teorias da linguagem e implicações teórico-metodológicas nas práticas de alfabetização. Relação entre linguagem, cultura, educação e alfabetização.

. Disciplina: Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos

Nº de Horas-aula: 90

Concepções de alfabetização: implicações teórico-metodológicas e políticas. Leitura e escrita no processo de alfabetização. Propostas alternativas de alfabetização para adultos das camadas populares.

. Disciplina: Ensino de Português em Educação de Adultos: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Português em educação de adultos. Seleção e estruturação dos conteúdos de Português, tendo em vista aspectos filosóficos, psicogenéticos e metodológicos de Português. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Português; programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do processo ensino-aprendizagem de Português na perspectiva da construção dos conhecimentos da língua materna.

. Disciplina: Ensino de Matemática em Educação de Adultos: Conteúdo e Metodologia

logia

Nº de Horas-aula: 90

O significado da Matemática em educação de adultos. Seleção e estruturação dos conteúdos de matemática para educação de adultos, tendo em vista aspectos filosóficos, psicogenéticos e metodológicos de Matemática. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem da Matemática em educação de adultos. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem

como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem de Matemática que contribuam para a redescoberta dos conhecimentos matemáticos.

. Disciplina: Ensino de História e Geografia em Educação de Adultos:

Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

A produção histórica e geográfica e suas implicações para a educação de adultos. Categorias de análise; construção e apropriação do espaço mediada pelo trabalho social do homem; o homem sujeito da história. A produção didática para o ensino de história e geografia; propostas pedagógicas - oficial e alternativas; o livro didático e suas relações com a produção histórica, geográfica e das outras ciências sociais. A construção dos conceitos de tempo e espaço; aspectos teórico-metodológicos e recursos didáticos.

. Disciplina: Ensino de Ciências em Educação de Adultos: Conteúdo e

Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado das Ciências em educação de adultos. Seleção e estruturação dos conteúdos de Ciências, tendo em vista aspectos filosóficos, psicogenéticos e metodológicos das Ciências. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem das Ciências. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem na perspectiva da construção dos conhecimentos em Ciências.

- . Disciplina: Ensino de Arte-Educação em Educação de Adultos: Conteúdo e Metodologia Nº de Horas-aula: 60

O significado da Arte-Educação em educação de adultos. Seleção e estruturação dos conteúdos de Arte-Educação em educação de adultos. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Arte-Educação. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistematizadas de avaliação do ensino-aprendizagem de Arte-Educação em educação de adultos.

- . Disciplina: Estágio Supervisionado em Magistério de Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 120

Estudo avaliativo sobre as práticas de educação de adultos - objeto do próprio estágio -, considerando as implicações teórico-metodológicas relacionadas às:

- . questões da observação do estágio, enquanto situação de aprendizagem da sistematização da prática pedagógica;
- . caracterização e avaliação da participação do estagiário, enquanto sujeito da formação no processo de desenvolvimento do estágio.

- . Seminário: Seminário sobre Prática de Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 120

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes das práticas de educação de adultos, situados(as) em sua estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

. Disciplina: Planejamento e Administração em Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

Sistemas de planejamento e gerenciamento de políticas e programas de educação de adultos. A função político-pedagógica do administrador e suas implicações no âmbito das instituições públicas e das organizações populares vinculadas aos movimentos sociais. Propostas alternativas de planejamento e gerenciamento em educação de adultos.

. Disciplina: Educação e Movimentos Sociais

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.130 deste documento.

. Disciplina: Educação e Trabalho

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.128 deste documento.

. Disciplina: Educação Comunitária

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.129 deste documento.

. Disciplina: Educação e Movimento Sindical

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.129 deste documento.

. Disciplina: Educação e Partidos Políticos

Nº de Horas-aula: 45

Os partidos políticos na sociedade brasileira. Articulação entre educação e política: a questão da hegemonia. O caráter pedagógico dos partidos políticos. O educador e os partidos políticos.

. Disciplina: Cultura e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

Relação entre antropologia e educação de adultos. A função da educação e, particularmente, da educação de adultos nos processos de socialização.

. Disciplina: Psico-sociologia do Trabalho e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

Relação entre educação e sistemas de produção. A organização social do trabalho e implicações psico-sociológicas no processo de formação e desenvolvimento do trabalhador.

7.3.) DAS(OS) DISCIPLINAS/SEMINÁRIOS CONCERNENTES ÀS ÁREAS DE APROFUNDAMENTO

7.3.1.) Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Normal

. Disciplina: Estrutura e Funcionamento do Ensino Normal

Nº de Horas-aula: 45

O significado da disciplina e o seu campo de estudo. As reformas de ensino e a estrutura da educação nacional e, em particular, do ensino normal. Relação entre educação e trabalho. A profissionalização do ensino médio. Função política e social do ensino normal, hoje. Formação dos trabalhadores em educação.

. Disciplina: Educação e Trabalho

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.128 deste documento.

. Disciplina: Estágio Supervisionado em Ensino Normal

Nº Horas-aula: 45

Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas no Ensino Normal - objeto do próprio estágio -, considerando-se:

- . questões relacionadas com a vivência do próprio estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico;
- . questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.

. Seminário: Seminário sobre Ensino Normal

Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes da problemática do Ensino Normal, considerados(as) em estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

. Disciplina: Ensino de Filosofia da Educação na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia.

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Filosofia da Educação na Escola Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Filosofia da Educação no Ensino Normal. Propostas pedagógicas alternativas de Filosofia da Educação no Ensino Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em filosofia da Educação na Escola Normal.

. Disciplina: Ensino de História da Educação na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia.

Nº de Horas-aula: 90

O significado de História da Educação no Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de História da Educação na Escola Normal. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de História da Educação na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em História da Educação na Escola Normal.

. Disciplina: Ensino de Psicologia da Educação na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia.

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Psicologia da Educação na Escola Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Psicologia da Educação

no Ensino Normal. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Psicologia da Educação na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Psicologia da Educação no Ensino Normal.

. Disciplina: Ensino de Biologia da Educação na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Biologia da Educação no Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Biologia da Educação na Escola Normal. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Biologia da Educação no Ensino Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Biologia da Educação na Escola Normal.

. Disciplina: Ensino de Sociologia da Educação na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Sociologia da Educação no Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Sociologia da Educação na Escola Normal. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Sociologia da Educação no Ensino Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Sociologia da Educação na Escola Normal.

- . Disciplina: Ensino de Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro na Escola Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro na Escola Normal. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro na Escola Normal.

- . Disciplina: Ensino de Didática na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado da Didática no Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Didática na Escola Normal. Propostas pedagógicas alternativas para o ensino-aprendizagem de Didática na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Didática na Escola Normal.

- . Disciplina: Ensino de Português na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Português no Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Português no Ensino Normal.

Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Português na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Português na Escola Normal.

. Disciplina: Ensino de Matemática na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de matemática no ensino normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Matemática no ensino normal, tendo em vista aspectos filosóficos, psicogenéticos e metodológicos da Matemática. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem da Matemática na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem que contribuam para a redescoberta dos conhecimentos matemáticos no Ensino Normal.

. Disciplina: Ensino de Ciências Físicas e Biológicas na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado das Ciências Físicas e Biológicas no ensino normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Ciências Físicas e Biológicas e sua relação com Física, Química e Biologia. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem das Ciências na Escola Normal. Programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Ciências Físicas e Biológicas.

. Disciplina: Ensino de História na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

A produção histórica e suas conseqüências para o Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de História na Escola Normal. A produção didática para o ensino de História. Propostas pedagógicas alternativas; programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em História e nas demais Ciências Sociais.

. Disciplina: Ensino de Geografia na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

A produção geográfica e suas conseqüências para o Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Geografia na Escola Normal. A produção didática para o ensino de Geografia. Propostas pedagógicas alternativas; programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Geografia e nas demais Ciências Sociais.

. Disciplina: Ensino de Arte-Educação na Escola Normal: Conteúdo e Metodologia

Nº de Horas-aula: 90

O significado de Arte-Educação no Ensino Normal. Seleção e estruturação dos conteúdos de Arte-Educação no Ensino Normal. Propostas alternativas para o ensino-aprendizagem de Arte-Educação; programas de ensino, materiais e procedimentos didáticos, bem como sistemáticas de avaliação do ensino-aprendizagem em Arte-Educação na Escola Normal.

7.3.2) Da Área de Aprofundamento em Educação Especial

A) Sub-Área: Deficiência Mental

. Disciplina: Anátomo-Fisiopatologia do Sistema Nervoso-Nº de Horas-aula: 30

Noções anátomo-funcionais do sistema nervoso e padrões de desenvolvimento. Encefalopatias sinéticas pré-natais e neo-natais. Encefalopatias infantis não progressivas. Epilepsia.

. Disciplina: Distúrbios Neuropsiquiátricos Nº de Horas-aula: 30

Perturbações do sono e da organização psicomotriz. Perturbações da linguagem, do conhecimento corporal e da consciência de si mesmo. Evolução da sexualidade e alterações psicosexuais na criança. Psicopatologias dos impulsos agressivos.

. Disciplina: Distúrbios da Comunicação Nº de Horas-aula: 45

O processo de comunicação em educação infantil e no ensino fundamental (séries iniciais) e os distúrbios da comunicação. Distúrbios da comunicação oral de origem lesional, ambiental e emocional. Distúrbios específicos da linguagem, da comunicação e da escrita.

. Disciplina: Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Mental

Nº de Horas-aula: 120

Atendimento educacional ao portador de deficiência mental no Brasil: caracterização e enfoque metodológico. Perspectiva processual da educação. Desenvolvimento de programas educativos. Intervenção e estimulação precoce. Área motora, perceptiva e da linguagem: métodos, técnicas e recursos educativos. O portador de deficiência mental e seu acompanhamento em programas de educação infantil e no ensino fundamental (séries iniciais). Adaptação e recursos especiais para integração do portador de deficiência mental.

. Disciplina: Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Mental.

Nº de Horas-aula: 90

Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas no campo da educação do portador de deficiência mental-objeto do próprio estágio -, considerando-se:

- . questões relacionadas com a vivência do próprio estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico;
- . questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.

. Seminário: Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Mental

Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes da problemática da educação do portador de deficiência mental, considerados(as) em estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

. Disciplina: Educação Sexual

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.130 deste documento.

. Disciplina: Educação do Superdotado

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.130 deste documento.

. Disciplina: Técnica Braille

Nº de Horas-aula: 45

A importância da Técnica Braille no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita do portador de deficiência visual. Domínio do Braille.

. Disciplina: Som, Ritmo e Movimento Musical

Nº de Horas-aula: 45

Parâmetros do som e elementos musicais básicos; vivência corporal e espacial; reconhecimentos e representações.

. Disciplina: Metodologia Verbotonal

Nº de Horas-aula: 45

Aspectos históricos e filosóficos da metodologia verbotonal. Atividades: conjunto - aquisição da linguagem em grupo; audiovisual - conversação e estruturação da linguagem, ritmos fonéticos - prosódia rítmica no desenvolvimento da fala e atendimento individual - reforço das atividades em grupo.

B) Sub-Área: Deficiência Auditiva

. Disciplina: Anátomo-Fisiopatologia da Audição e da Fala

Nº de Horas-aula: 30

Fisiopatologia do órgão auditivo. Acústica vocal. Anátomo-fisiopatologia do aparelho fonoarticulatório.

- . Disciplina: Desenvolvimento Psicosocial do Portador de Deficiência Auditiva.

Nº de Horas-aula: 30

Efeitos psicológicos da deficiência auditiva na criança e sua integração ao meio social. A dinâmica familiar e o portador de deficiência auditiva. O desenvolvimento biopsicosocial do portador de deficiência auditiva.

- . Disciplina: Distúrbios da Comunicação

Nº de Horas-aula: 30

OBS: Vide pág. 144 deste documento.

- . Disciplina: Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Auditiva

Nº de Horas-aula: 120

Bases teórico-metodológicas para o desenvolvimento de programas educativos do portador de deficiência de audiocomunicação. Métodos orais, gestuais, multisensoriais, unisensoriais e de comunicação total. Treinamento auditivo; percepção da fala; leitura orofacial. Estruturação da linguagem.

- . Disciplina: Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Auditiva. Nº de Horas-aula: 90

Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas no campo da educação do portador de deficiência auditiva - objeto do próprio estágio - considerando-se:

. questões relacionadas com a vivência do próprio estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico;

. questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.

- . Seminário: Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Auditiva

Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes da problemática da educação do portador de deficiência auditiva, considerados(as) em estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

- . Disciplina: Educação Sexual

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 130 deste documento.

- . Disciplina: Educação do Superdotado

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 130 deste documento.

. Disciplina: Metodologia Verbotonal

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.147 deste documento.

. Disciplina: Técnica Braille

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 147 deste documento.

. Disciplina: Som, Ritmo e Movimento Musical

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.147 deste documento.

C) Sub-Área: Deficiência Visual

. Disciplina: Anátomo-Fisiopatologia da Visão

Nº de Horas-aula: 30

O globo ocular. Anátomo-fisiopatologia da pálpebra, aparelho lacrimal, conjuntiva e órbita. Anátomo-fisiopatologia da córnea, esclera e humores vítreo e aquoso. Anátomo-fisiopatologia da retina e nervo óptico, da íris, corpo e coróide. Prevenção: causas hereditárias e adquiridas. Aconselhamento genético.

. Disciplina: Orientação e Mobilidade

Nº de Horas-aula: 30

Aspectos fisio-patológicos, planejamento e treinamento sensorial para programação das técnicas básicas de locomoção dependente e independente dos deficientes visuais. Programas educacionais de orientação e mobilidade. O planejamento do ensino-aprendizagem.

- Disciplina: Desenvolvimento Psicosocial do Portador de Deficiência Visual Nº de Horas-aula: 30

Efeitos psicológicos da deficiência visual na criança e sua integração ao meio social. A dinâmica familiar e o portador de deficiência visual. O desenvolvimento biopsicosocial do portador de deficiência visual.

- Disciplina: Fundamentos da Educação do Portador de Deficiência Visual Nº de Horas-aula: 120

Os portadores de cegueira e de visão subnormal; métodos, técnicas e recursos de ensino; materiais instrucionais. Braille graus I e II e tipos ampliados. Aspectos psicopedagógicos da educação e a reabilitação do deficiente visual. Propostas curriculares alternativas. Metodologia específica para o ensino da Matemática.

- Disciplina: Estágio Supervisionado em Educação do Portador de Deficiência Visual Nº de Horas-aula: 90

Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas no campo da educação do portador de deficiência visual - objeto do próprio estágio - considerando-se:

· questões relacionadas com a vivência do próprio estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico;

· questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.

. Seminário: Seminário sobre Educação do Portador de Deficiência Visual

Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes da problemática da educação do portador de deficiência visual, considerados(as) em estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

. Disciplina: Educação Sexual

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 130 deste documento.

. Disciplina: Educação do Superdotado

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 130 deste documento.

. Disciplina: Distúrbios da Comunicação

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 144 deste documento.

. Disciplina: Som, Ritmo e Movimento Musical

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 147 deste documento.

. Disciplina: Metodologia Verbotonal

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 147 deste documento.

7.3.3. Da Área de Aprofundamento Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais).

- . Disciplina: Fundamentos da Coordenação Pedagógica em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais)

Nº de Horas-aula: 120

Evolução histórica da função do pedagogo-orientador educacional e supervisor pedagógico-no contexto político, sócio-econômico e pedagógico brasileiro e, especialmente, paraibano. Concepção de coordenação pedagógica. O espaço da coordenação pedagógica numa ação interdisciplinar. O papel do coordenador pedagógico no processo curricular. Práticas da coordenação pedagógica em diferentes experiências educativas. A formação do coordenador pedagógico.

- . Disciplina: Educação e Trabalho

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 128 deste documento.

- . Disciplina: Fundamentos do Processo Grupal

Nº de Horas-aula: 45

Grupos, organizações e instituições nos processos de socialização. Processo grupal e suas diferentes abordagens teórico-metodológicas.

- . Disciplina: Estágio Supervisionado em Coordenação Pedagógica de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais).

Nº de Horas-aula: 90

Estudo avaliativo sobre as experiências vivenciadas em Coordenação Pedagógica - objeto do próprio estágio -, considerando-se:

. questões relacionadas com a vivência do próprio estagiário em situação de observação e participação no processo pedagógico ;

. questões teóricas-metodológicas inerentes ao processo educativo em desenvolvimento no âmbito das práticas vivenciadas.

- . Seminário: Seminário sobre Coordenação Pedagógica

Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes da problemática da coordenação pedagógica, considerados(as) em estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

- . Disciplina: Planejamento Educacional

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 121 deste documento.

. Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico N° de Horas-aula: 45

A divisão do trabalho pedagógico na escola e em outras instituições educativas. O planejamento participativo em experiências pedagógicas. Ação multidisciplinar e interdisciplinar. O currículo como núcleo do trabalho educativo.

. Disciplina: Tecnologia Educacional N° de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.129 deste documento.

. Disciplina: Educação de Adultos N° de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.128 deste documento.

. Disciplina: Educação e Movimentos Sociais N° de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.130 deste documento.

. Disciplina: Educação e Movimento Sindical N° de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Educação Comunitária

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág.137 deste documento.

7.3.4. Da Área de Aprofundamento Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos

. Disciplina: Fundamentos da Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 90

Evolução histórica da função do assessor e coordenador no contexto das práticas de educação de adultos desenvolvidas internacionalmente e, em especial, no Brasil. Concepções de assessoria e coordenação pedagógica. O papel do assessor e coordenador pedagógico em práticas de educação de adultos. Práticas de assessoria e coordenação pedagógica em diferentes experiências educativas com adultos via sistema escolar e extra-escolar.

. Disciplina: Planejamento e Administração em Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 136 deste documento.

. Disciplina: Pesquisa Aplicada à Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

A educação de adultos como objeto de estudo de investigação científica. Modelos de pesquisa aplicados em educação de adultos. Técnicas e procedimentos de observação, coleta de dados e de análise aplicados na pesquisa em educação de adultos.

. Disciplina: Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica de Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 75

Estudo avaliativo sobre as práticas de assessoria e coordenação pedagógica em educação de adultos - objeto do próprio estágio -, considerando as implicações teórico-metodológicas relacionadas às:

. questões da observação do estágio, enquanto situação de aprendizagem da sistematização da prática pedagógica;

. caracterização e avaliação da participação do estagiário, enquanto sujeito da formação no processo de desenvolvimento do estágio.

- . Seminário: Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação de Adultos Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes das práticas de assessoria e coordenação pedagógica em educação de adultos, situados(as) em sua estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

- . Disciplina: Políticas e Práticas de Educação de Adultos no Brasil

Nº de Horas-aula: 45

Políticas públicas e políticas do setor privado em educação de adultos. Evolução das diferentes práticas de educação de adultos no Brasil via sistema escolar e sistema extra-escolar. A formação político-pedagógica de recursos humanos para educação de adultos.

- . Disciplina: Educação e Movimentos Sociais

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 130 deste documento.

. Disciplina: Educação e Trabalho

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 128 deste documento.

. Disciplina: Tecnologia Educacional

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Fundamentos do Processo Grupal em Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

Grupos, organizações e instituições nos processos de socialização. Processo grupal e suas diferentes abordagens teórico-metodológicas aplicadas à educação de adultos. Métodos e técnicas de trabalho em grupo com adultos.

. Disciplina: Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos II

Nº de Horas-aula: 45

Práticas de alfabetização de adultos: implicações teórico-metodológicas e políticas. A formação político-pedagógica do alfabetizador.

. Disciplina: Educação Comunitária

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Educação e Movimento Sindical

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Cultura e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 137 deste documento.

. Disciplina: Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 137 deste documento.

7.3.5. Da Área de Aprofundamento Assessoria e Coordenação Pedagógica
em Alfabetização de Adultos

. Disciplina: Fundamentos da Assessoria e Coordenação Pedagógica em Educação
de Adultos

Nº de Horas-aula: 90

OBS: Vide pág. 156 deste documento.

. Disciplina: Planejamento e Administração em Alfabetização de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

Sistemas de planejamento e gerenciamento de políticas e programas de alfabetização de adultos. A função político-pedagógica do administrador e suas implicações no âmbito das instituições públicas e das organizações populares vinculadas aos movimentos sociais. Propostas alternativas de planejamento e gerenciamento em programas/projetos/experiências de alfabetização de adultos.

. Disciplina: Políticas e Práticas de Alfabetização de Adultos no Brasil

Nº de Horas-aula: 45

Políticas públicas e intervenções da sociedade civil no campo da alfabetização de adultos. Evolução das diferentes práticas de alfabetização de adultos no Brasil. A formação político-pedagógica do alfabetizador.

. Disciplina: Estágio Supervisionado em Assessoria e Coordenação Pedagógica de Alfabetização de Adultos

Nº de Horas-aula: 75

Estudo avaliativo sobre as práticas de assessoria e coordenação pedagógica em alfabetização de adultos - objeto do próprio estágio - considerando as implicações teórico-metodológicas relacionadas às:

. questões da observação do estágio, enquanto situação de aprendizagem da sistematização da prática pedagógica;

. caracterização e avaliação da participação do estagiário, enquanto sujeito da formação no processo de desenvolvimento do estágio.

. Seminário: Seminário sobre Assessoria e Coordenação Pedagógica em Alfabetização de Adultos. Nº de Horas-aula: 30

Abordagem multidisciplinar de temas e/ou questões relevantes das práticas de assessoria e coordenação pedagógica em alfabetização de adultos, situados(as) em sua estreita relação com a educação brasileira e a totalidade social concreta.

. Disciplina: Pesquisa Aplicada à Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 157 deste documento.

. Disciplina: Educação e Movimentos Sociais

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 130 deste documento.

. Disciplina: Educação e Trabalho

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 128 deste documento.

. Disciplina: Tecnologia Educacional

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Fundamentos do Processo Grupal em Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 159 deste documento.

. Disciplina: Alfabetização de Adultos: Processos e Métodos II

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 160 deste documento.

. Disciplina: Educação Comunitária

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Educação e Movimento Sindical

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 129 deste documento.

. Disciplina: Cultura e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 137 deste documento.

. Disciplina: Psicossociologia do Trabalho e Educação de Adultos

Nº de Horas-aula: 45

OBS: Vide pág. 137 deste documento.

8. CONDIÇÕES PARA CONCRETIZAÇÃO DA NOVA PROPOSTA CURRICULAR.

Como se sabe, a atual estruturação fragmentada da universidade brasileira - remanescente de um conjunto de medidas tomadas no âmbito do regime autoritário, instalado em 1964 - vem contribuindo para o agravamento da desagregação curricular dos cursos por ela ofertados. A este respeito, afirma SAVIANI: "através da departamentação e da matrícula por disciplina com o seu corolário, o regime de créditos, generalizou-se no ensino superior a sistemática do curso parcelado. Foi, com efeito, a tentativa de transpor para a universidade o parcelamento do trabalho introduzido nas empresas ... Em termos organizacionais é mister, superar a separação entre curso e departamento". (SAVIANI, 1984; 90-93).

Reconhecendo que esta desintegração da ação da universidade poderá gerar dificuldades ao desenvolvimento curricular da nova proposta, a Comissão de Sistematização sugere algumas condições imprescindíveis à sua efetivação que implicarão, necessariamente, na criação de instâncias/mecanismos que garantam a unidade do Curso de Pedagogia, segundo a concepção defendida neste documento. Dentre elas(es), destaque-se:

. instauração de um amplo processo de discussão sobre a proposta curricular envolvendo alunos e funcionários do Curso de Pedagogia, professores do Centro de Educação e dos demais Centros que também atuam no Curso;

. reelaboração de aspectos/tópicos da proposta a partir das(os) sugestões/encaminhamentos apresentados(as) por professores, alunos e funcionários durante o processo de discussão, anteriormente referido;

. apreciação da proposta reelaborada (documento final) pelos Colegiado do Curso de Pedagogia, Conselho de Centro do Centro de Educação e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB visando à sua aprovação e conseqüente implantação, em caráter experimental;

. criação de mecanismos, por parte do Colegiado de Pedagogia, objetivando:

- envolvimento permanente dos professores, alunos e funcionários de Pedagogia com a proposta em experimentação;

- efetivação do "esforço coletivo de uma integração interdisciplinar", pressuposto fundamental à concretização desta proposta, conforme já explicitado nos "pressupostos teórico-metodológicos" constantes deste documento (Vide pp. 52-54);

. elaboração e desenvolvimento de uma sistemática permanente de acompanhamento e avaliação do novo currículo, envolvendo professores, alunos e funcionários de Pedagogia;

- mapeamento dos professores necessários à implantação da proposta face às alterações curriculares apresentadas e realização de concurso público naquelas disciplinas em que se constatar a inexistência de professores para lecioná-las;

- articulação com serviços/setores do Centro de Educação (Núcleo de Educação Especial, Centro de Convivência Infantil - CECOI, etc.) e dos demais Centros da UFPB, com outras instituições de ensino e com entidades responsáveis por programas de educação não formal, a fim de garantir a realização dos Estágios Supervisionados e a aquisição da experiência de magistério pelos estudantes durante o próprio curso (Vide pp.62-66, deste documento);

- realização de projetos de pesquisa e de extensão sobre a experiência curricular em desenvolvimento, visando ao seu aprimoramento;

- articulação com o Mestrado em Educação do Centro de Educação, com cursos de Licenciatura da UFPB e de outras Instituições de Ensino Superior e com Escolas Normais, objetivando intercambiar experiências sobre a formação do profissional da educação;

- ampliação do acervo da Biblioteca do Centro de Educação através da aquisição de uma bibliografia básica referente às disciplinas integrantes da nova estrutura curricular do curso;

- melhoria dos serviços de infraestrutura do Centro de Educação (datilografia e mimeografia, funcionamento da Biblioteca do Centro e do Setor de Estágio Supervisionado, recursos tecnológicos educacionais, dentre outros), visando à efetivação do atendimento a alunos e professores do Curso, principalmente, no turno da noite;

- apoio efetivo do Colegiado de Pedagogia, das Chefias Departamentais, da Direção do Centro de Educação e da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB a fim de garantir as condições imprescindíveis à concretização da nova proposta.

Finalizando, a Comissão de Sistematização ratifica a necessidade premente de uma revisão da estrutura da Universidade Federal da Paraíba e, de modo especial, do próprio Centro de Educação em seus diversos setores/cursos/departamentos, bem como dos demais Centros que trabalham com outras Licenciaturas a fim de se criar condições para se garantir, permanentemente, espaços/mecanismos de articulação que favoreçam uma ação integrada entre alunos, professores e funcionários dos cursos de formação do profissional da educação.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ABBADE, Marinel P. "Minuta da Proposta de Reformulação do Curso de Pedagogia". São Paulo, Faculdade de São Marcos, 1990 (mimeo).
02. ALVES, Nilda. Formação do Jovem Professor para a Educação Básica. "Cadernos CEDES", 1986 (17): 5-20.
03. ALVES, Nilda e GARCIA, Regina (orgs.) "O Fazer e o Pensar dos Supervisores e Orientadores Educacionais". São Paulo. Loyola, 1986.
04. ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite. "A Construção do Conhecimento e o Currículo dos Cursos de Formação dos Professores na Vivência de um processo", XV Encontro Anual da ANPED, Caxambu, 1992 (mimeo).
05. ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). "Documento Final do V Encontro Nacional", Belo Horizonte, 1990 (mimeo).
06. _____. "Documento Final do VI Encontro Nacional", Belo Horizonte, 1992. (mimeo).
07. BALZAN, Newton César. Perfil do Supervisor necessário. "Cadernos CEDES". 1982 (7): 41-57.
08. _____. "Alunos do Noturno (ou "excluídos da escola"): Quem são eles? (Um Estudo de Caso). "Cadernos CEDES", 1986 (16): 9-19.
09. CANDAU, Vera M. F. (Org.). "A Didática em Questão". Rio de Janeiro, PUC, 1982.

10. CARVALHO, Célia Pezzolo de. "Ensino Noturno: Realidade e Ilusão". São Paulo, Cortez, 1984.
11. CARVALHO, Olgamir F. "A Escola como Mercado de Trabalho: Uma Contribuição ao Debate sobre a Formação do Educador". Educação e Sociedade, 1989 (32): 58-72.
12. CHAGAS, Valmir. "Formação do Magistério: Novo Sistema". São Paulo, Atlas, 1976.
13. COELHO, Ildeu Moreira. A Questão Política do Trabalho Pedagógico in BRANDÃO, Carlos R. (Org.). "O Educador: Vida e Morte". Rio de Janeiro, Graal. 1982..
14. _____. A Especificidade da Educação e a Formação do Pedagogo. "Anais da IV Conferência Brasileira de Educação". (CBE). Goiânia, 1986: 483-487.
15. COMISSÃO ESTADUAL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR. "A Reformulação dos Cursos de Formação do Educador na Paraíba: Relatório do Processo e dos Resultados do II Encontro Estadual". João Pessoa, 1984 (mimeo).
16. _____. "Experiência-Piloto: Integração entre as Licenciaturas de Letras e Pedagogia (Ciclo de Estudos) Relatório Final". João Pessoa, 1986 (mimeo).
17. _____. "Uma Nova Proposta Curricular para o Curso de Pedagogia". João Pessoa, 1988 (mimeo).
18. COMISSÃO NACIONAL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR. "Reformulação dos Cursos de Formação do Educador", III CBE, Niterói, Rio de Janeiro, 1984 (mimeo).
19. _____. "Comunicação à Plenária Final da VIII Reunião Anual da ANPED". São Paulo, 1985 (mimeo).

20. _____. "Documento Final". IV Encontro Nacional, Belo Horizonte, 1989, (mimeo).
21. CORREIA, Laís. "A Pré-Escola que a Criança não quer". I Encontro Paraibano de Educação Pré-Escolar, promovido pela OMEP/BRASIL, João Pessoa, 1988, (mimeo).
22. _____. "Magistério na Pré-Escola". João Pessoa, 1990, (mimeo).
23. DEMEC/PB. Criança e Constituinte: Proposta da Comissão Estadual da PB, João Pessoa, 1986, (mimeo).
24. ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE REFORMULAÇÃO DOS CURSOS DE PREPARAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO. "Documento Final". Belo Horizonte, 1983, (mimeo).
25. FENELON, Déo Ribeiro. A Questão de Estudos Sociais. "Cadernos CEDES". 1984 (10): 11-22.
26. FERNANDES, Florestan. A Formação Política e o Trabalho do Professor, in CATANI, Denice Bárbara et alii (orgs). "Universidade, Escola e Formação de Professores". São Paulo, Brasiliense, 1986.
27. FERRETTI, Celso João. "Uma Nova Proposta de Orientação Profissional". São Paulo, Cortez, 1988.
28. FIPLAN-PB/IPLAN/IPEA-UNICEF. "Condições de Vida nos Municípios Paraibanos". João Pessoa, 1986, (mimeo).
29. FREIRE, Paulo. "Conscientização, Teoria e Prática da Liberdade". São Paulo, Moraes, 1980.

30. FREITAS, Luiz Carlos de. Notas sobre a Especificidade do Pedagogo e sua Responsabilidade no Estudo da Teoria e Prática Pedagógicas. "Educação e Sociedade". 1985 (22): 12-19.
31. _____. A Especificidade da Educação e a Formação do Pedagogo. "Anais da IV Conferência Brasileira de Educação" (CBE). Goiânia, 1986:455-471.
32. _____. Projeto Histórico, Ciência Pedagógica e Didática. "Educação e Sociedade", 1987 (27): 122-140.
33. _____. A Questão da Interdisciplinaridade: Notas para a Reformulação dos Cursos de Pedagogia. "Educação e Sociedade", 1989 (33): 105-131.
34. _____. "Formação do Professor para o Amanhã: Transformação ou Modernização?". Florianópolis, Santa Catarina, 1991, (mimeo).
35. _____. "Neotecnismo e Formação do Educador". VI Encontro Nacional da ANFOPE, Belo Horizonte, 1992, (mimeo).
36. GADOTTI, Moacir. "Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório". São Paulo, Cortez, 1983.
37. _____. Elementos para a Crítica da Questão da Especificidade da Educação. "Em Aberto", Brasília, 1984 (3:22).
38. _____. "Educação e Compromisso". São Paulo, Campinas, Papyrus, 1985.
39. _____. "Pensamento Pedagógico Brasileiro", São Paulo, Ática, 1987.
40. GONÇALVES, Francisca dos S. "Interdisciplinaridade e Construção Coletiva do Conhecimento: Concepção Pedagógica Desafiadora", São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1991, (mimeo).

41. GRAMSCI, Antonio. "Os Intelectuais e a Organização da Cultura", 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., 1978.
42. _____. "Concepção Dialética da História". 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
43. GUARANÁ, Cecília. Participação e Democracia no Cotidiano Escolar, in "Universidade, Escola e Formação de Professores". São Paulo, Brasiliense, 1987: 173-185.
44. GUTIERREZ, Francisco. "Educação como Práxis Política". São Paulo, Summus, 1988.
45. HAGE, Jorge (Rel.). "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", Texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal, com comentários de Dermeval Saviani et alii. São Paulo, Cortez, ANDE, 1990.
46. HAIDAR, Mª de Lourdes Mariotto. Natureza e Especificidade da Educação - Subsídios para a Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação. "Em Aberto", Brasília, 1984 (3) 22: 15-20.
47. ILDEFONSO SILVA, Jefferson. Ação Conjunta na Formulação do Educador. "Cadernos CEDES", 1980 (2): 6-8.
48. _____. A Natureza e a Especificidade da Educação: Subsídios para uma Reflexão sobre a Formação do Educador. "Em Aberto", Brasília, 1984 (3) 22:7-13.

49. IPLAN/IPEA-UNICEF/FIPLAN-PB. O Menor e a Pobreza in "Série Instrumentos para a Ação". Brasília, 1986 (5).
50. KOSIK, Karel. "Dialética do Concreto". 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
51. KOWARZIK, W. "Pedagogia: da Dialética de Aristóteles a Paulo Freire". São Paulo, Brasiliense, 1983.
52. LELIS, Alice Isabel. "A Formação da Professora Primária: da Denúncia ao Anúncio". São Paulo, Cortez, 1989.
53. LIBÂNEO, José Carlos. "Notas sobre a Formação do Educador", São Paulo, 1987, (mimeo).
54. MANACORDA, Mário A. "O Princípio Educativo em GRAMSCI". Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
55. MEC, Comissão Paritária. "Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Adultos: Documento Preliminar". Brasília, MEC, junho de 1988, (mimeo).
56. MEC/SEEC/CENESP. "Educação Especial no Brasil: Síntese Estatística". Brasília, 1984.
57. MELLO, Guiomar Namó de. "Magistério de 1º Grau: da competência técnica ao compromisso político". São Paulo. Cortez, 1982.
58. MORAES, Ignês Navarro de. A Especificidade da Educação e a Formação do Pedagogo na Perspectiva do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador. "Anais da IV Conferência Brasileira de Educação" (CBE). Goiânia, 1986: 472-489.

59. MORAES, Ignês Navarro e BEZERRA, Albene de Menezes. A Reformulação do Curso de Pedagogia do Centro de Educação/UFPB: Relato de um Processo. "Cadernos CEDES", 1987 (17): 37-57.
60. NOVAES, Maria Eliana. "Professora Primária: Mestre ou Tia". São Paulo, Cortez, 1986.
61. OLIVEIRA, Rosyska Darcy de et alii. "Pesquisa Social e Ação Educativa - Conhecer a realidade para poder transformá-la" in: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). "Pesquisa Participante". São Paulo, Brasiliense, 1984.
62. PAOLI, Niovenius J. "Currículo Mínimo: Princípios Gerais de uma Camisa de Força?". 41ª Reunião Anual da SBPC. Fortaleza, 1989, (mimeo).
63. PERES, José Augusto de Souza. "Educação na Paraíba: Problemas e Desafios". João Pessoa, Gráfica da UFPB, 1984.
64. PIMENTA, Selma Garrido. "O Pedagogo na Escola Pública". São Paulo, Loyola, 1988.
65. RIBEIRO, Marlene. "Formação Unificada do Profissional do Ensino: Uma Proposta da Faculdade de Educação de Amazonas". S/D, (mimeo).
66. RIBEIRO, M^a Luísa L. "A Formação Política do Professor de 1º e 2º Graus". São Paulo, Cortez, 1984.
67. RODRIGUES, Cláudio José Lopes (coord.) et alii. "O Professor do Ensino Elementar da Paraíba: Formação e Prática Pedagógica". João Pessoa, Gráfica da UFPB, 1984.

68. RODRIGUES, Neidson. "Da Mistificação da Escola à Escola Necessária". São Paulo, Cortez, 1987.
69. ROMANELLI, Otáisa de O. "História da Educação no Brasil (1930-1973)." Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
70. RONCA, Antônio Carlos C. Desmistificação e Comprometimento: Os dois maiores desafios que se apresentam ao educador. "Cadernos CEDES", 1983(8): 5-10.
71. ROSSI, Wagner Gonçalves. O Papel do Pedagogo na Sociedade. "Cadernos CEDES", 1984 (2): 28-38.
72. SAVIANI, Dermeval. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. "Em Aberto", Brasília, 1984 (3) 22:1-6.
73. _____. "Ensino Público e Algumas Falas sobre a Universidade". São Paulo, Cortez, 1984.
74. _____. "Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica". São Paulo, Cortez, 1984.
75. SANTOS FILHO, José Camilo dos. Estudo Comparativo entre o Regime Seriado e o Regime de Matrícula com Sistema de Créditos. "Rev. Educação Brasileira", Brasília, 1989 (1) 23:99-114.
76. SE/PE. Diretoria de Normatização Sistemática Educacional/Assessoria do Ensino Superior. "Proposta para uma Política de Estágio Curricular dos Cursos de Formação do Educador". Recife, 1989, (mimeo).

77. SEC/PB. Educação Pré-Escolar e sua Evolução no Estado da Paraíba, in "Paraíba 400 Anos", João Pessoa, 1985.
78. SEVERINO, Antônio Joaquim. "A Contribuição da Filosofia para a Educação". USP, São Paulo, (mimeo), S/D.
79. SILVA, Dinorá F. "Democratização, Política Educacional e o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRS", 1986, (mimeo).
80. SILVA, Naura Syria F.C. O Perfil do Supervisor no Atual Contexto Brasileiro. "Cadernos CEDES", 1982 (7): 6-17.
81. _____. "Supervisão Educacional: Uma Reflexão Crítica". Petrópolis, Vozes, 1982.
82. SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. "Supervisão da Educação: do Autoritarismo Ingênuo à Vontade Coletiva". São Paulo, Loyola, 1986.
83. SPOSITO, Marília Pontes. O Curso Superior Noturno: Nada de Novo na Nova República. "Em Aberto", Brasília, 1986 (30).
84. UNICEF. "A Deficiência Infantil: Sua Prevenção e Reabilitação". Relatório da Reabilitação Internacional, Brasil, 1980.
85. UFG/Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. "Currículo do Curso de Pedagogia: Res. nº 20/84". Goiânia, 1984, (mimeo).
86. _____. "Histórico da Preparação, Planejamento, Implantação e Avaliação do Curso de Pedagogia". Goiânia, 1989, (mimeo).

87. UFMG/Faculdade de Educação. O Curso de Pedagogia da FAE, Belo Horizonte. "Cadernos da Faculdade de Educação", 1986 (3): 3-213.
88. UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. "A Formação do Educador em Debate". Faculdade de Educação, Rio Grande do Sul, (mimeo). S/D.
89. UFPB/CE - COMISSÃO INTERNA DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA. "Relatório de Estudos sobre a Reformulação do Curso de Pedagogia". João Pessoa, 1984, (mimeo).
90. _____. "Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia". João Pessoa, 1985, (mimeo).
91. _____. "Contribuição para a Proposta de Redefinição Curricular das Disciplinas Relacionadas à Experiência-Piloto de Integração Interdisciplinar". João Pessoa, 1986, (mimeo).
92. _____. "Proposta de Criação da Habilitação Educador de Adultos para o Curso de Pedagogia". João Pessoa, 1986, (mimeo).
93. _____. "Seminário das Habilitações do Curso de Pedagogia: Relatório da Habilitação Administração Escolar". João-Pessoa, 1986, (mimeo).
94. _____. "Uma Nova Proposta Curricular para o Curso de Pedagogia". João Pessoa, 1988, (mimeo).
95. UFPB/CE. "Proposição para Redefinição da Habilitação Supervisão Escolar". João Pessoa, 1986, (mimeo).

96. _____. "Reestruturação da Habilitação Supervisão Educacional: Uma Contribuição ao Curso de Pedagogia". João Pessoa, 1989, (mimeo).
97. UFPB/CE - Departamento de Habilitações Pedagógicas. "Relatório Parcial da Habilitação: Orientação Educacional". João Pessoa, 1986, (mimeo).
98. _____. "Proposta Curricular para a Formação do Pedagogo Habilitado em Orientação Educacional". João Pessoa, 1989, (mimeo).
99. UFPB/CE - Departamento de Habilitações Pedagógicas/Setor de Educação Especial. "Critérios para uma Reflexão sobre o Perfil e Formação do Educador Habilitado para Trabalhar em Educação Especial". João Pessoa, 1986, (mimeo).
100. _____. "Proposta de Habilitação em Educação Especial". João Pessoa, 1986, (mimeo).
101. UFPB/CE. "Curso de Pedagogia: Habilitação em Educação Especial - Áreas: Mental, Auditiva e Visual". João Pessoa, 1990, (mimeo).
102. _____. "Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e das Séries Iniciais do 1º Grau". João Pessoa, 1989, (mimeo).
103. UFPB/CE-SEPE. "Características do Nordeste: Projeto Ensino Supletivo no Nordeste". Convênio UFPB/SUDENE, João Pessoa, 1986, (mimeo).
104. UNESP. "Por um Projeto Educacional em Favor da Cidadania: Propostas dos Grupos de Trabalho". II Congresso Estadual sobre Formação de Educadores, Águas de São Pedro/São Paulo, 1992, (mimeo).

105. VIANNA, Deise Miranda. "Formação Política do Professor". Instituto de Física Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo), S/D.
106. _____. As Licenciaturas Específicas e a Formação dos Educadores. "Anais da IV Conferência Brasileira de Educação" (CBE). Goiânia, 1986:427-433.
107. VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. "Ética". 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
108. VIVEIROS, Helena et alii. "Diagnóstico de 1º Grau no Nordeste". UFPB/CE, Setor de Pesquisa em Educação, 1990.
109. WANDERLEY, Luiz Eduardo. Universidade e Democracia: Relações do Professor com o Desenvolvimento, in "Universidade, Escola e Formação de Professores". São Paulo, Brasiliense, 1987: 13-49.

V O L U M E I I

ANEXOS DO VOLUME I -- "PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

D O C U M E N T O P R E L I M I N A R

10.1. PORTARIAS UFPB/CE/GD

10.2. "UMA NOVA PROPOSTA PARA O CURSO DE PEDAGOGIA"

10.3. PROPOSTA: "MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU E DAS SÉRIES
INICIAIS DO 1º GRAU"

10.4. PROPOSTA: "REESTRUTURAÇÃO DA HABILITAÇÃO SUPERVISÃO EDUCACIONAL:
UMA CONTRIBUIÇÃO À REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA"

10.5. "PROPOSTA CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO HABILITADO EM ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL"

10.6. PROPOSTA: "MAGISTÉRIO NA PRÉ-ESCOLA"

10.7. PROPOSTA: "CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - ÁREAS
MENTAL, AUDITIVA E VISUAL

10.

A N E X O S

10.1.

PORTARIAS UFPB/CE/GD

10.2

"UMA NOVA PROPOSTA PARA O CURSO DE PEDAGOGIA"

10.3.

PROPOSTA: MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU

E DAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU

10.4. PROPOSTA: "REESTRUTURAÇÃO DA HABILITAÇÃO SUPERVISÃO EDUCACIONAL:
UMA CONTRIBUIÇÃO À REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA"

10.5. "PROPOSTA CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO HABILITADO EM
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL"

10.6.

PROPOSTA: "MAGISTÉRIO NA PRÉ-ESCOLA"

10.7. PROPOSTA: "CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - ÁREAS:
MENTAL, AUDITIVA E VISUAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA/UFPB/CE/GD/Nº 032/90

O DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de viabilizar a reforma curricular do Curso de Pedagogia do modo mais ágil possível;

Considerando as propostas existentes elaboradas e apresentadas pelas Comissões aos três segmentos do Centro;

Considerando a possibilidade de sugestões e propostas individuais a serem inseridas na discussão do projeto de reforma,

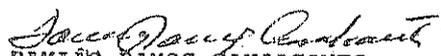
R E S O L V E:

Art. 1º - Designar as Professoras MARIA EDNA AGUIAR GOMES, Matrícula nº 5405-3 e MILVA BARRETO HERNANDEZ PEREIRA, Matrícula nº 4010-9; MARIA CARMELITA LACERDA, Matrícula nº 4572-9 e SEVERINA PAIVA DA SILVA MELO, Matrícula nº 3579-2; EDNÉE DANTAS MAIA ARAGÃO, Matrícula nº 3311-0 e TEREZINHA SOARES SAMPAIO, Matrícula nº 4267-5; ALBENE DE MENEZES DEZERRA, Matrícula nº 3605-5 e IGNÊZ NAVARRO DE MORAES, Matrícula nº 2253-4; ROSA DE LOURDES DE MELO SOUZA, Matrícula nº 1293-8 e MIRIAM MONTE LEITE DE ARAÚJO, Matrícula nº 2427-8; os Funcionários Técnico-Administrativos GERUIZA PEREIRA DA NÓBREGA, Matrícula nº 8619-2 e MARIA ALCIÉLIA LISBOA DE CARVALHO LEITE, Matrícula nº 12.716-6; e os discentes MARCELINO RODRIGUES DA SILVA, Matrícula nº 87233265 e HYGIA MARGARETH SOUZA DA SILVA, Matrícula nº 89134108 para, sob a Presidência da primeira e Vice-Presidência da segunda, os outros respectivamente como titulares e suplentes, comporem a Comissão responsável de sistematizar as propostas existentes da Reforma Curricular do Curso de Pedagogia e constituir-las numa proposta única.

Art. 2º - Os trabalhos desta Comissão deverão ter a sua conclusão num prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data desta portaria.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data da sua assinatura até última deliberação.

Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba, em 28 de Maio
de 1990.


DAMIÃO RAMOS CAVALCANTI

DIRETOR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA/UFPB/CE/GD/Nº 063/90

O DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de viabilizar a reforma curricular do Curso de Pedagogia do modo mais ágil possível;

Considerando as propostas existentes elaboradas e apresentadas pelas Comissões aos três segmentos do Centro;

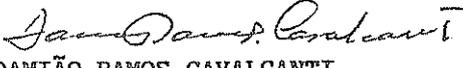
Considerando a possibilidade de sugestões e propostas individuais a serem inseridas na discussão do projeto de reforma,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os discentes JOSÉ CLEOBALDO CHIANCA, matrícula nº 90134167, e DANIELLA ROSA ALVES DA SILVA, matrícula nº 87132652 para comporem a Comissão responsável de Sistematizar as propostas existentes da Reforma Curricular do Curso de Pedagogia e constituí-las numa proposta única, criada através da Portaria UFPB/CE/GD/Nº 032/90.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data da sua assinatura até ulterior deliberação.

Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em 25 de março de 1991.


DAMIÃO RAMOS CAVALCANTI
DIRETOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA/UFPE/CE/GD/Nº 109/90

O DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições,

Considerando a importância e a complexidade dos estudos que estão sendo realizados pela Comissão designada pela Portaria nº 032/90, de 28.05.1990, desta Direção,

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no Art. 2º da Portaria/UFPB/CE/GD/Nº 032/90.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

João Pessoa, 01 de Outubro de 1990.

DAMIÃO LAMOS CAVACANTI